

563	2016	03/06/2016	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=563&ANO=2016&SER=A	DPCN	Autoriza, no âmbito do Programa Calha Norte, a locação de veículo destinado ao transporte de pessoal do Departamento do Programa Calha Norte em visita de inspeção a Municípios do Estado do Acre.
2.344	2016	16/11/2016	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=2344&ANO=2016&SER=A	DPCN	Delega competência ao Diretor do Departamento do Programa Calha Norte para assinar termos de compromisso de ações do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, destinados à Ação 1211
2.798	2018	26/07/2018	https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=2798&ANO=2018&SER=A	DPCN	Delegar competência às autoridades a seguir mencionadas, vedada a subdelegação, para a prática de atos no âmbito do Programa Calha Norte.

Ministério da Educação

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 784, DE 30 DE SETEMBRO DE 2020

Publica listagem completa dos atos normativos inferiores a decreto vigentes no âmbito do Ministério da Educação.

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o inciso II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 12 do Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019, resolve:

Art. 1º Publicar a listagem completa dos atos normativos inferiores a decreto vigentes, identificados na etapa triagem, em consonância com o art. 12 do Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019, alterado pelo Decreto nº 10.437, de 22 de julho de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MILTON RIBEIRO

ANEXO

Área: Secretaria de Alfabetização - Sealf

- Portaria nº 1.1460, de 15 de agosto de 2019 - institui a Conferência Nacional de Alfabetização Baseada em Evidências;

- Portaria nº 1.1461, de 15 de agosto de 2019 - nomeia os pesquisadores para compor o painel de especialistas da Conferência Nacional de Alfabetização Baseada em Evidências (Conabe).

Área: Assessoria de Comunicação Social - Ascom

- Portaria nº 1.321, de 7 de dezembro de 2018 - delega competências à Assessoria de Comunicação Social - ACS, assim como suas Gerências, Coordenações e Núcleos.

Área: Corregedoria

- Portaria nº 788, de 23 de agosto de 2013, publicada no DOU de 26/08/2013 (nº 164, Seção 1, pág. 12), a qual fixa competência para julgamento de processos administrativos disciplinares no âmbito do Ministério da Educação e estabelece o regimento interno do antigo Núcleo de Assuntos Disciplinares. Considerando a publicação do Decreto nº 10.195/2019, que trouxe inovações quanto à competência e quanto à estrutura da Corregedoria, será apresentada minuta de nova Portaria, através do processo de nº. 23123.003250/2019-29 até o dia 30.01.2020;

- Portaria nº. 451 de 9 de abril de 2010, que subdelega competência aos Reitores das Universidades e Institutos Federais e aos Diretores do CEFET/RJ e CEFET/MG para julgar processos administrativos disciplinares e aplicar penalidades superiores à suspensão de 30 dias.

Área: Subsecretaria de Planejamento e Orçamento - SPO

- Portaria SPO/MEC nº 6, de 9 de dezembro de 2019, que trata da Subação Orçamentária e do Plano Interno;

- Portaria nº 2.413, de 22 de dezembro de 2017, que trata da emissão de Certificado de Disponibilidade Orçamentária dos Orçamentos alocados diretamente no Ministério da Educação;

- Portaria nº 1.672 de 20 de setembro de 2019, que estabelece critérios e procedimentos para a formalização de descentralização de créditos; orçamentários efetuados para execução das políticas públicas no âmbito do Ministério da Educação;

- Manual de Ações Judiciais, 2018 - Instrui as unidades orçamentárias quanto ao processo de cumprimento das ações judiciais com impacto sobre a folha de pagamento;

- Manual para estimativas de Receitas Próprias, 2018 - Instrui as unidades orçamentárias quanto aos processos de estimativa e reestimativa de arrecadação das fontes próprias.

Área: Secretaria de Educação Básica - SEB

- Resolução CNE/CEB nº 5 de 17 de dezembro de 2009 - estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil.

- Resolução CD/FNDE nº 15, de 16 de maio de 2013 (Proinfância) - estabelece critérios e procedimentos para a transferência automática de recursos financeiros a municípios e ao Distrito Federal para a manutenção de novos estabelecimentos públicos de educação infantil.

- Resolução CD/FNDE nº 16, de 16 de maio de 2013 (Brasil Carinhoso) - estabelece critérios e procedimentos sobre o apoio financeiro da União aos municípios e ao Distrito Federal para ampliação da oferta da educação infantil.

- Portaria nº 1.144, de 10 de outubro de 2016 - institui o Programa Novo Mais Educação, com o objetivo geral de melhorar a aprendizagem em língua portuguesa e matemática no ensino fundamental, por meio da ampliação da jornada escolar de crianças e adolescentes, mediante a complementação da carga horária de cinco ou quinze horas semanais no turno e contraturno escolar.

- Resoluções CD/FNDE nº 17, de 22 de dezembro de 2017 - destina recursos financeiros, nos moldes operacionais e regulamentares do Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE, a escolas públicas municipais, estaduais e do Distrito Federal, a fim de contribuir para que estas realizem atividades complementares de acompanhamento pedagógico, em conformidade com o Programa Novo Mais Educação.

- Resoluções CD/FNDE nº 17, de 20 de agosto de 2018 - prorroga o prazo estabelecido no § 2º do art. 11 da Resolução CD/FNDE nº 17, de 22 de dezembro de 2017, do Conselho Deliberativo do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, que dispõe sobre o Programa Novo Mais Educação.

- Resoluções CD/FNDE nº 22, de 21 de novembro de 2018 - altera a Resolução CD/FNDE nº 17, de 22 de dezembro de 2017, do Conselho Deliberativo - CD do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE.

- Portaria nº 142, de 22 de fevereiro de 2018 - institui o Programa Mais Alfabetização, que visa fortalecer e apoiar as unidades escolares no processo de alfabetização dos estudantes regularmente matriculados no 1º ano e no 2º ano do ensino fundamental.

- Resoluções CD/FNDE nº 7, de 22 de março de 2018 - autoriza a destinação de recursos financeiros para cobertura de despesas de custeio, nos moldes operacionais e regulamentares do Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE, às unidades escolares públicas municipais, estaduais e distritais que possuam estudantes matriculados no 1º ano ou no 2º ano do ensino fundamental regular, por intermédio de suas Unidades Executoras Próprias - UEx, a fim de garantir apoio adicional ao processo de alfabetização, no que se refere à leitura, escrita e matemática, no âmbito do Programa Mais Alfabetização.

- Portaria nº 611, de 27 de junho de 2018 - institui a ação de apoio à formação de gestores do Programa Mais Alfabetização e dispõe sobre o pagamento de bolsas para coordenadores estaduais e sobre as funções e responsabilidades dos bolsistas.

- Resolução CD/FNDE nº 16/2018, de 30 de julho de 2018 - estabelece as orientações e diretrizes para a concessão de bolsas de estudo e pesquisa pelo MEC e Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE aos coordenadores estaduais do Programa Mais Alfabetização.

- Resolução CNE/CEB nº 3, de 21 de novembro de 2018 - atualiza as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio.

- Portaria nº 1.432, de 28 de novembro de 2018 - estabelece os referenciais para elaboração dos itinerários formativos conforme preveem as Diretrizes Nacionais do Ensino Médio.

- Portaria nº 649, de 10 de julho de 2018 - institui o Programa de Apoio ao Novo Ensino Médio e estabelece diretrizes, parâmetros e critérios para participação.

- Portaria nº 1.023, de 04 de outubro de 2018 - estabelece diretrizes, parâmetros e critérios para a realização de avaliação de impacto do Programa de Fomento às Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral (EMTI) e seleção de novas unidades escolares para o Programa.

- Portaria nº 1.024, de 04 de outubro de 2018 - define as diretrizes do apoio financeiro por meio do Programa Dinheiro Direto na Escola às unidades escolares pertencentes às Secretarias participantes do Programa de Apoio ao Novo Ensino Médio, instituído pela Portaria MEC nº 649, de 10 de julho de 2018, e às unidades escolares participantes da avaliação de impacto do Programa de Fomento às Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral - EMTI, instituída pela Portaria nº 1.023, de 4 de outubro de 2018.

- Resolução FNDE/CD nº 21, de 14 de novembro de 2018 - destina recursos financeiros, nos moldes operacionais e regulamentares do Programa Dinheiro Direto na Escola, a escolas públicas estaduais e distritais, a fim de apoiar a implementação do Novo Ensino Médio e a realização da avaliação de impacto do Programa de Fomento às Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral.

- Portaria nº 2.116, de 06 de dezembro de 2019 - estabelece novas diretrizes, novos parâmetros e critérios para o Programa de Fomento às Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral (EMTI).

- Portaria nº 46, de 20 de novembro de 2018 - estabelece a contratação e o pagamento de consultores individuais com recursos do acordo de empréstimo.

- Resolução nº 24, de 07 de dezembro de 2018 - estabelece os procedimentos de pagamento dos consultores individuais.

- Portaria nº 30, de 30 de outubro de 2019 - cria a estrutura da Unidade de Gestão de Projetos no âmbito do Programa de Apoio ao Novo Ensino Médio e do Acordo de Empréstimo nº 8.812-BR e nº 8.813-BR, firmado entre a República Federativa do Brasil e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD).

- Resolução CNE/CP nº 2, de 22 de dezembro de 2017 - aprova a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para Educação Infantil e Ensino Fundamental.

- Portaria MEC nº 1.570, de 20 de dezembro de 2017 - homologa a BNCC para Educação Infantil e Ensino Fundamental.

- Resolução CNE/CP nº 4, de 17 de dezembro de 2018 - aprova a BNCC para o Ensino Médio.

- Portaria nº 1.348, de 14 de dezembro de 2018 - homologa a BNCC para o Ensino Médio.

- Portaria nº 331, de 5 de abril de 2018 - estabelece o Programa de Apoio à Implementação BNCC (ProBNCC).

- Portaria nº 268, de 22 de março de 2018 - estabelece o Comitê Nacional de Implementação da BNCC.

- Resolução CD/FNDE nº 10, de 14 de maio de 2018 - estabelece os procedimentos para pagamento das bolsas do ProBNCC.

- Resolução CD/FNDE nº 14, de 27 de junho de 2018 - atualiza a Resolução nº 10/2018 sobre o pagamento das bolsas do ProBNCC.

- Portaria nº 756, de 03 de abril de 2019 - atualiza a Portaria nº 331/2018 sobre o ProBNCC.

- Portaria nº 757, de 03 de abril de 2019 - atualiza a Portaria nº 268/2018 sobre o Comitê Nacional de implementação da BNCC.

- Portaria nº 1371, de 16 de julho de 2019 - atualiza a Portaria nº 331/2018 sobre o ProBNCC.

- Resolução CD/FNDE nº 7, de 11 de dezembro de 2019 - atualiza a Resolução nº 10/2018 sobre o pagamento das bolsas do ProBNCC.

- Resolução FNDE/MEC nº 11/2017 - estabelece critérios e normas para os entes federados que dispõem de saldo na conta específica do Programa Nacional de Inclusão de Jovens - Projovem Urbano e desejam participar de edição especial do Programa para entrada de estudantes em 2017.

- Resolução FNDE/MEC nº 13/2017 - estabelece critérios e normas para os entes federados que dispõem de saldo na conta específica do Programa Nacional de Inclusão de Jovens - Projovem Campo e desejam participar de edição especial do Programa para entrada de estudantes em 2017.

- Parecer CNE/CP nº 14/2012 e Resolução CNE/CP nº 2/2012 - estabelece Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental.

- Parecer CNE/CEB nº 7/2010 e Resolução CNE/CEB nº 04/2010 - estabelece Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica.

- Parecer CNE/CP nº 08/2012 - estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos.

- Parecer CNE/CEB nº 11/2010 e Resolução CNE/CEB nº 07/2010 (art. 16 - Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de nove anos).

- Parecer CNE/CEB nº 03/2018 e Resolução CNE/CEB nº 03/2018 (art. 27 - Atualiza as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio).

- Resolução FNDE/CD nº 18 de 03 de setembro de 2014 - PDDE Escolas Sustentáveis.

- Resolução CNRH nº 98/2009 - Educação Ambiental na gestão de recursos hídricos.

- Resolução CONAMA nº 422/2010 - estabelece diretrizes para campanhas, ações e projetos de educação ambiental.

- Portaria Interministerial nº 390, de 18 de novembro de 2015 - Plano Nacional de Juventude e Meio Ambiente. Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global. Carta da Terra.

- Parecer CNE/CEB nº 11/2010 e Resolução CNE/CEB nº 7/2010 (Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de nove anos).

- Portaria Interministerial nº 1.010 de 2006 entre o Ministério da Saúde e Ministério da Educação.

- Portaria Conjunta do Ministério da Fazenda e da Educação, nº 413, de 31/12/2002 - estabelece Diretrizes para Educação Fiscal.

- Parecer CNE/CP nº 8/2012 e Resolução CNE/CP nº 1/2012 - estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos.



- Parecer CNE/CP nº 3/2004 e Resolução CNE/CP nº 1/2004 - estabelece Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

- Parecer CNE/CEB nº 11, de 10 de maio de 2000 - estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos.

- Resolução CNE/CEB nº 1 de 05 de julho de 2000 - estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos.

- Parecer CNE/CEB nº 36, de 7 de dezembro de 2004 - reformulação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos.

- Parecer CNE/CEB nº 23, de 8 de outubro de 2008 e Parecer CNE/CEB nº 6, de 7 de abril de 2010 - dispõe sobre as Diretrizes Operacionais para a Educação de Jovens e Adultos.

- Parecer CNE/CEB nº 4, de 9 de março de 2010 - dispõe sobre as Diretrizes Nacionais para a oferta de educação para jovens e adultos em situação de privação de liberdade nos estabelecimentos penais.

- Resolução nº 02, de 19 de maio de 2010 - dispõe sobre as Diretrizes Nacionais para a oferta de educação para jovens e adultos em situação de privação de liberdade nos estabelecimentos penais.

- Resolução CNE/CEB nº 3, de 15 de Junho de 2010 - estabelece as Diretrizes Operacionais para a Educação de Jovens e Adultos nos aspectos relativos à duração dos cursos e idade mínima para ingresso nos cursos de EJA (idade mínima e certificação nos exames de EJA e Educação de Jovens e Adultos desenvolvida por meio da Educação a Distância).

- Parecer CNE/CP nº 15, de 15 de dezembro de 2017 - Base Nacional Comum Curricular.

- Portaria nº 867, de 4 de julho de 2012 - Institui o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa e as ações do Pacto e define suas diretrizes gerais.

- Portaria nº 1.458, de 14 de dezembro de 2012 - Define categorias e parâmetros para a concessão de bolsas de estudo e pesquisa no âmbito do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa, na forma do art. 2º, inciso I, da Portaria MEC nº 867, de 4 de julho de 2012.

- Portaria nº 1.140, de 22 de novembro de 2013 - Institui o Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio e define suas diretrizes gerais, forma, condições e critérios para a concessão de bolsas de estudo e pesquisa no âmbito do ensino médio público, nas redes estaduais e distrital de educação.

- Resolução FNDE/CD nº 51, de 11 de dezembro de 2013 - Estabelece critérios e normas para o pagamento de bolsas de estudo e pesquisa aos profissionais participantes da formação continuada no âmbito do Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio.

- Portaria nº 1.094, de 30 de setembro de 2016 - Altera dispositivos da Portaria MEC nº 867, de 4 de julho de 2012, que institui o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa e define suas diretrizes gerais; da Portaria MEC nº 1.458, de 14 de dezembro de 2012, que define categorias e parâmetros para a concessão de bolsas de estudo e pesquisa no âmbito do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa, e da Portaria MEC nº 90, de 6 de fevereiro de 2013, que define o valor máximo das bolsas para os profissionais da educação participantes da formação continuada de professores alfabetizadores no âmbito do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa.

- Portaria nº 826, de 7 de julho de 2017 - Dispõe sobre o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa - PNAIC, suas ações, diretrizes gerais e a ação de formação no âmbito do Programa Novo Mais Educação - PNME.

- Portaria nº 851, de 13 de julho de 2017 - Define o valor das bolsas para os profissionais da educação participantes da formação continuada de professores da pré-escola, alfabetizadores e do ensino fundamental, no âmbito do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa - PNAIC e do Programa Novo Mais Educação - PNME.

- Portaria nº 2.167, de 19 de dezembro de 2019 - Homologa o Parecer CNE/CP nº 22/2019, do Conselho Pleno do Conselho Nacional de Educação, aprovado na Sessão Pública de 7 de novembro de 2019, que, junto ao Projeto de Resolução a ele anexo, define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica - BNC - Formação.

- Resolução nº 2, de 20 de dezembro de 2019 - Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC - Formação).

- Portaria nº 3.272, de 6 de novembro de 2003 - Institui o Programa Nacional de Capacitação de Conselheiros Municipais de Educação - PRÓ-CONSELHO.

- RESOLUÇÃO/CD/FNDE nº 46, de 24 de setembro de 2012 - Estabelece orientações e diretrizes para a transferência de recursos financeiros às Instituições Públicas de Ensino Superior, no âmbito do Programa Nacional de Capacitação de Conselheiros Municipais de Educação - PRÓ-CONSELHO.

- Portaria nº 2.896, de 16 de setembro de 2004 - Institui o Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares.

- Resolução CD/FNDE nº 45, de 24 de setembro de 2012 - Estabelece orientações, diretrizes e critérios para a implantação e execução da formação continuada no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares, bem como orientações e diretrizes quanto à assistência financeira destinada às Instituições Federais de Ensino Superior para a oferta de cursos de formação de técnicos das Secretarias de Educação e de conselheiros escolares.

- Resolução CD/FNDE nº 55, de 27 de dezembro de 2012 - Estabelece orientações, diretrizes e define critérios e procedimentos para a concessão e pagamento de bolsas aos integrantes da rede de tutoria dos cursos de formação continuada de conselheiros escolares e conselheiros municipais de educação, no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares e do Programa Nacional de Capacitação de Conselheiros Municipais de Educação - PRÓ-CONSELHO.

- Portaria nº 2, de 17 de maio de 2006 - Institui o Prêmio Inovação em Gestão Educacional.

- Portaria nº 145, de 11 de fevereiro de 2009 - Institui o Programa Nacional Escola de Gestores da Educação Básica Pública.

- RESOLUÇÃO/CD/FNDE nº 16, de 15 de junho de 2012 - Estabelece orientações e diretrizes para a transferência de recursos financeiros às Instituições Federais de Ensino Superior no âmbito do Programa de Apoio aos Dirigentes Municipais de Educação - Pradime.

- RESOLUÇÃO/CD/FNDE nº 16, de 20 de agosto de 2014 - Altera os arts. 3º a 12 da Resolução CD/FNDE nº 55, de 27 de dezembro de 2012, que estabelece orientações, diretrizes e define critérios e procedimentos para a concessão e pagamento de bolsas aos integrantes da rede de tutoria dos cursos de formação continuada de conselheiros escolares e conselheiros municipais de educação, no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares e do Programa Nacional de Capacitação de Conselheiros Municipais de Educação - PRÓ-CONSELHO.

- Resolução nº 53, de 11 de dezembro de 2013 - Estabelece diretrizes e procedimentos para o pagamento de bolsas de estudo e pesquisa aos coordenadores gerais dos Comitês Gestores Institucionais de Formação Inicial e Continuada de Profissionais da Educação Básica nas Instituições de Educação Superior e nas Instituições Federais de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

- Resolução nº 23, de 24 de outubro de 2014 - Estabelece novos procedimentos para o pagamento de bolsas de estudo e pesquisa aos profissionais da educação participantes de cursos e programas ofertados pela Rede Nacional de Formação Continuada dos Profissionais do Magistério da Educação Básica Pública.

- Portaria nº 1.118, de 3 de dezembro de 2015 - Institui o Programa Nacional de Formação e Certificação de Diretores Escolares e cria o Comitê Gestor do Programa - PNFCF.

- Portaria nº 826, de 15 de abril de 2019 - Institui a 12ª Edição do Prêmio do Brasil.

- Portaria nº 1.474, de 26 de agosto de 2019 - Revoga a Portaria MEC nº 826, de 15 de abril de 2019, que instituiu a 12ª Edição do Prêmio Professores do Brasil.

- Portaria nº 1.938, de 06 de novembro de 2019 - Institui o Programa Educação em Prática.

- Portaria nº 1.716, de 3 outubro de 2019 - Dispõe sobre a instituição, a organização e o funcionamento da Instância Permanente de Negociação e Cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, de que trata o art. 7º, § 5º, da Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014.

- Portaria nº 1.462, de 19 de agosto de 2019 - Institui o Comitê Estratégico do Plano de Ações Articuladas - PAR, no âmbito do Ministério da Educação - MEC, e revoga a Portaria MEC nº 29, de 12 de janeiro de 2017.

- Portaria nº 12, de 23 de abril de 2019: Divulga as tecnologias educacionais com inscrição validada - Edital 25, de 02 de abril de 2018 - 2º ciclo.

- Portaria nº 851, de 22 de abril de 2019: Altera a Portaria nº 1.602, de 28 de dezembro de 2017, que dispõe sobre a implementação, junto às redes de educação básica municipais, estaduais e do Distrito Federal, das ações do Programa de Inovação Educação Conectada.

- Portaria nº 29, de 25 de outubro de 2019: Define critérios da fase de expansão do Programa de Inovação Educação Conectada, para repasse de recursos financeiros às escolas públicas de educação básica em 2019.

- Portaria nº 34, de 17 de dezembro de 2019: Estabelece os critérios para o apoio técnico e financeiro, em caráter suplementar e voluntário, às redes públicas de educação básica dos estados, Distrito Federal e municípios, via Plano de Ações Articuladas (PAR), para atendimento da iniciativa de aquisição de equipamentos e recursos tecnológicos, no âmbito do Programa Inovação Educação Conectada.

- Portaria nº 35, de 17 de dezembro de 2019: Estabelece os critérios para o apoio técnico e financeiro, em caráter suplementar e voluntário, às redes públicas de educação básica dos estados, Distrito Federal e municípios, via Plano de Ações Articuladas (PAR), para o atendimento de iniciativas de aquisição de conjuntos de robótica educacional, no âmbito do Programa Inovação Educação Conectada.

- Decreto nº 10.004, de 5 de setembro de 2019 - institui o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares;

- Portaria nº 2.015, de 20 de novembro de 2019 - Regulamenta a implantação do Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares - PECIM em 2020, para consolidar o modelo de Escola Cívico-Militar - ECIM nos estados, nos municípios e no Distrito federal.

Área: Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica - Setec

- Portaria MP nº 79, de 28 de fevereiro de 2002 "Disciplinar os procedimentos relativos à redistribuição de cargos efetivos ocupados ou vagos do Ministério da Educação e das instituições federais de ensino a esse vinculadas, no interesse da Administração."

- Portaria MEC nº 451, de 9 de abril de 2010 - Subdelega competência aos Reitores das Universidades Federais, aos Reitores dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, ao Reitor da Universidade Tecnológica Federal do Paraná e aos Diretores Gerais dos Centros Federais de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca - CEFET-RJ e de Minas Gerais - CEFET-MG para praticar para julgar processos administrativos disciplinares e aplicar penalidades a servidores pertencente a seu quadro de pessoal.

- Portaria Normativa MEC nº 18, de 11 de outubro de 2012 - Dispõe sobre a implementação das reservas de vagas em instituições federais de ensino de que tratam a Lei no 12.711, de 29 de agosto de 2012, e o Decreto no 7.824, de 11 de outubro de 2012.

- Portaria MEC nº 907, de 20 de setembro de 2013 - Estabelece as diretrizes e normas gerais para o funcionamento das Escolas Técnicas vinculadas às Universidades Federais.

- Portaria MEC nº 1.094, de 07 de novembro de 2013 - Aprova o Regulamento do Conselho Permanente para Reconhecimento de Saberes e Competências-CPRSC da carreira do magistério do ensino básico, técnico e tecnológico - EBT.

- Portaria MEC nº 1.291, de 30 de dezembro de 2013 - Estabelece diretrizes para a organização dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e define parâmetros e normas para a sua expansão.

- Portaria MEC nº 197, de 07 de março de 2014 - Dispõe sobre a obrigatoriedade de as instituições de Educação Básica, de Educação Superior e de Educação Profissional e Tecnológica ofertantes de cursos de educação profissional técnica de nível médio e de cursos de formação inicial e continuada ou qualificação profissional articulados à educação básica responderem anualmente o Censo Escolar da Educação Básica.

- Portaria nº 58, de 21 de novembro de 2014 - Regulamenta a concessão de bolsas de pesquisa, desenvolvimento, inovação e intercâmbio, no âmbito dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

- Portaria MEC nº 31, de 15 de setembro de 2015 - Dispõe sobre a atualização da Marca IF dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

- Portaria SETEC nº 37, de 29 de outubro de 2015 - Dispõe sobre o funcionamento dos Polos de Inovação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

- Portaria MEC nº 92, de 16 de fevereiro de 2016 - Estabelece a forma de divulgação do cronograma para realização dos processos de consulta à comunidade escolar para os cargos de Reitor e Diretor-Geral de Campus no âmbito dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

- Portaria MEC nº 246, de 15 de abril de 2016 - Dispõe sobre a criação do modelo de dimensionamento de cargos efetivos, cargos de direção e funções gratificadas e comissionadas, no âmbito dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, dos Centros Federais de Educação Tecnológica e do Colégio Pedro II, e define normas e parâmetros para a sua implementação.

- Portaria MEC nº 393, de 10 de maio de 2016 - Altera Portaria MEC no 1.291, de 30 de dezembro de 2013, que estabelece diretrizes para a organização dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e define parâmetros e normas para a sua expansão.

- Portaria MEC nº 400, de 10 de maio de 2016 - Dispõe sobre as normas para funcionamento do Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica - SISTEC.

- Portaria nº 15, de 11 de maio de 2016 - Institui o Plano de Formação Continuada dos Servidores da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - PLAFOR, e outras providências.

- Portaria nº 17, de 11 de maio de 2016 - Estabelece diretrizes gerais para a regulamentação das atividades docentes, no âmbito da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

- Portaria Interministerial MEC-MPDG nº 109, de 27 de abril de 2017 - Estabelece os procedimentos a serem adotados pelas Instituições Federais de Ensino e pelo MEC para o encaminhamento das estimativas de acréscimo ao orçamento de pessoal, relativas ao exercício subsequente, visando sua inclusão no Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA), no que concerne a: i) bancos de professor-equivalente (BPQe); ii) quadros de referência de servidores técnico-administrativos em educação (QRTAE); e iii) quadro de pessoal de instituições de ensino subordinadas diretamente ao MEC.

- Portaria SETEC nº 01, de 03 de janeiro de 2018 - Institui a Plataforma Nilo Peganha - PNP, a Rede de Coleta, Validação e Disseminação das Estatísticas da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - REVALIDE.

- Portaria SETEC 1.162, de 09 de novembro de 2018 - Regulamenta o conceito de Aluno-Equivalente e de Relação Aluno por Professor, no âmbito da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

- Portaria MEC nº 51, de 21 de novembro de 2018 - Define conceitos e estabelece fatores para uso na Plataforma Nilo Peganha - PNP e para cálculo dos indicadores de gestão das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

- Portaria MEC nº 1.392, de 20 de dezembro de 2018 - Altera a Portaria nº 491, de 10 de junho de 2013, que cria o Conselho Permanente para o Reconhecimento de Saberes e Competências da Carreira do Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico.

- Portaria SETEC nº 08, de 28 de maio de 2019 - Institui e regulamenta a Comissão Permanente de Acompanhamento das Ações de Permanência e o Êxito dos Estudantes de Rede Federal (CPPE) e dá outras providências.



- Portaria nº 2.123, de 10 de dezembro de 2019. - Altera a Portaria nº 451, de 09 de abril de 2010.

- Portaria nº 207, de 6 de fevereiro 2020 - Institui o Conselho Permanente para o Reconhecimento de Saberes e Competências - CPRSC da Carreira do Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico.

- Portaria nº 204, de 6 de fevereiro 2020 - Dispõe sobre os procedimentos para afastamento da sede e do País e concessão de diárias e passagens em viagens nacionais e internacionais, no interesse da Administração, e delega competência a dirigentes do Ministério da Educação - MEC e das entidades vinculadas para a prática dos atos que menciona.

- Parecer CNE/CEB nº 5/2009, aprovado em 10 de março de 2009 - Credenciamento de instituições educacionais pertencentes à rede federal de ensino para a oferta de Educação Profissional Técnica de nível médio, Educação de Jovens e Adultos e Educação Especial na modalidade de Educação a Distância.

- Parecer CNE/CES nº 218/2010, aprovado em 10 de novembro de 2010 - Credenciamento do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (CEFET-RJ), com sede no município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, para a oferta de cursos de pós-graduação lato sensu na modalidade a distância.

- Parecer CNE/CES nº 215/2013, aprovado em 5 de setembro de 2013 - Convalidação de estudos realizados em curso superior de tecnologia em Informática com habilitação em Sistemas de Informação, concluído no Centro Federal de Educação Tecnológica de Goiás (CEFET-GO).

- Parecer CNE/CES nº 354/2015, aprovado em 2 de setembro de 2015 - Credenciamento do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais, com sede no município de Montes Claros, no estado de Minas Gerais, para a oferta de cursos superiores na modalidade a distância.

- Parecer CNE/CES nº 489/2015, aprovado em 12 de novembro de 2015 - Credenciamento do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo, com sede no município de São Paulo, no estado de São Paulo, para a oferta de cursos superiores na modalidade a distância.

- Parecer CNE/CES nº 167/2016, aprovado em 10 de março de 2016 - Credenciamento do Instituto Federal do Sul de Minas Gerais, com sede no município de Pouso Alegre, no estado de Minas Gerais, para a oferta de cursos superiores na modalidade a distância.

- Parecer CNE/CES nº 336/2016, aprovado em 8 de junho de 2016 - Credenciamento do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais, com sede no município de Juiz de Fora, estado de Minas Gerais, para oferta de programas de pós-graduação lato sensu, na modalidade a distância.

- Parecer CNE/CES nº 701 /2016, aprovado em 9 de novembro de 2016 - Credenciamento do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul (IFMS), com sede no município de Campo Grande, no estado do Mato Grosso do Sul, para a oferta de programas de pós-graduação lato sensu, na modalidade a distância.

- Parecer CNE/CES nº 720 /2016, aprovado em 9 de novembro de 2016 - Recurso contra a decisão da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES) que, por meio do Despacho SERES nº 282 de 18 de dezembro de 2014, publicado no Diário Oficial da União (DOU) de 19 de dezembro de 2014, aplicou medida cautelar de suspensão de ingressos de novos alunos no curso de Farmácia, bacharelado, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná, com sede no município de Curitiba, estado do Paraná.

- Parecer CNE/CES nº 33/2017, aprovado em 25 de janeiro de 2017 - Recurso contra decisão do Instituto Federal de Santa Catarina, que indeferiu o pedido de revalidação do diploma do curso superior de graduação como "Constructor Civil", obtido na Universidade de Santiago do Chile.

- Parecer CNE/CES nº 83 /2017, aprovado em 15 de fevereiro de 2017 - Recredenciamento do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE), para a oferta de cursos superiores na modalidade a distância, com sede no município de Fortaleza, estado do Ceará.

- Parecer CNE/CES nº 193/2017, aprovado em 5 de Abril de 2017 - Recredenciamento do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco (IFPE), com sede no município de Recife, estado de Pernambuco, para a oferta de cursos superiores na modalidade a distância.

- Parecer CNE/CES nº 196 /2017, aprovado em 10 de maio de 2017 - Credenciamento do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá (IFAP), com sede no município de Macapá, no estado do Amapá, para a oferta de programas de pós-graduação lato sensu na modalidade a distância.

- Parecer CNE/CES nº 259 /2017, aprovado em 7 de junho de 2017 - Credenciamento do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS), com sede no município de Bento Gonçalves, estado do Rio Grande do Sul, para oferta de cursos superiores na modalidade a distância.

- Parecer CNE/CES nº 577/2017, aprovado em 8 de novembro de 2017 - Recredenciamento do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca RJ (CEFET/RJ), com sede no município do Rio de Janeiro, no estado do Rio de Janeiro, para a oferta de cursos superiores na modalidade a distância.

- Parecer CNE/CES nº 254/2018, aprovado em 8 de maio de 2018 - Recredenciamento do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina (IFSC), para oferta de cursos superiores na modalidade a distância, com sede no município de Florianópolis, no estado de Santa Catarina.

- Parecer CNE/CES nº 266/2018, aprovado em 10 de maio de 2018 - Convalidação de estudos e a permissão para emitir os certificados de conclusão do curso de pós-graduação em Educação de Jovens na Diversidade e Inclusão Social, na modalidade EaD, ministrado pelo Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia do Amapá.

Área: Assessoria Especial de Controle Interno - Aeci

- Portaria MEC nº 1.306, de 06 de dezembro de 2018 - DOU de 16/3/2018, seção 1 - Aprova o Regimento Interno da Assessoria Especial de Controle Interno do Ministério da Educação;

- Portaria MEC nº 234, de 15 de março de 2018, DOU de 16/3/2018, seção 1

- Institui a Política de Gestão de Riscos e Controles do MEC - PGRC/MEC;

- Portaria MEC nº 313, de 07 de fevereiro de 2019, DOU de 8/2/2019, seção 1 - Institui o Comitê de Governança, Integridade, Gestão de Riscos e Controles do MEC - CGIRC/MEC;

- Portaria MEC nº 314, de 07 de fevereiro de 2019, DOU de 8/2/2019, seção 1 - Institui o Subcomitê Assessor ao CGIRC/MEC;

- Portaria MEC nº 315, de 07 de fevereiro de 2019, DOU de 8/2/2019, seção 1 - Designa a AECI como Unidade de Gestão de Integridade;

- Portaria MEC nº 503, de 28/05/2020 (DOU 29/05/2020, Seção 1) - Institui a Política de Governança do Ministério da Educação - MEC e dá outras providências.

- Portaria MEC nº 563, de 30/06/2020 (DOU 01/07/2020 - Seção 1) - Aprova a Política de Gestão de Riscos, Controles Internos e Integridade do Ministério da Educação - PGRCI/MEC e dá outras providências;

- Portaria MEC nº 1.624, de 19 de setembro 2019, DOU 20/09/2019, seção 1 - Estabelece procedimentos para tratamento de demandas oriundas de órgãos de controle, órgãos de defesa do estado, órgãos de defesa do consumidor, órgãos do poder judiciário e órgãos essenciais à função jurisdicional do Estado no âmbito do Ministério da Educação;

- Portaria MEC nº 1.917, de 1º de novembro de 2019, BS de 4/11/2019 - Recompe a Comissão de Ética Pública Setorial do MEC;

- Portaria MEC nº 2.141, de 12 de dezembro de 2019, DOU de 13/12/2019, seção 1 - Estabelece os procedimentos para recebimento e tratamento de manifestações de usuários de serviço público no âmbito do Ministério da Educação - MEC.

- Portaria MEC nº 2.171, de 20 de dezembro de 2019, DOU de 23/12/2019, seção 1 - Institui Comitê Técnico das Auditorias Internas dos entes vinculados ao MEC;

- Portaria MEC nº 64, de 16 de janeiro de 2020, BS nº 2 de 17/1/2020, Suplemento A - Retifica Portaria nº 1917/2019.

Área: Assessoria Parlamentar - Aspar

- Portaria nº 1998, de 12 de novembro de 2019 - disciplina o processamento de temas legislativos e parlamentares de interesse do Ministério da Educação - MEC.

Área: Secretaria de Mobilidades Especializadas de Educação - Semesp

- Portaria Nº 10, de 19 de março de 2018, com o objetivo de divulgar o Documento Orientador para Contratação de Consultorias no Âmbito dos Acordos de Cooperação Técnica Internacional.

- PORTARIA NORMATIVA MEC 20/2010 - DOU: 08.10.2010 que dispõe sobre o Programa Nacional para a Certificação de Proficiência no Uso e Ensino da Língua Brasileira de Sinais - Libras e para a Certificação de Proficiência em Tradução e Interpretação da Libras/Língua Portuguesa - Prolibras.

- Portaria nº 3.284, de 07/11/2003 - Dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições;

- Portaria MEC nº 976, de 05/05/2006 - Dispõe sobre os critérios de acessibilidade aos eventos do Ministério da Educação, conforme decreto 5296 de 2004;

- Portaria Normativa nº 13, de 24/04/2007 - Dispõe sobre a criação do "Programa de Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais";

- Portaria Normativa Interministerial nº 18, de 24/04/2007 - Instituiu o Programa de Acompanhamento e Monitoramento do Acesso e Permanência na Escola das Pessoas com Deficiência Beneficiárias do Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social - Programa BPC na Escola;

- Portaria nº 1.246, de 15/09/2011 - Altera a Portaria 1.061 de 10 de novembro de 2009, que dispõe sobre a instituição do Prêmio Experiências Educacionais Inclusivas - a escola aprendendo com as diferenças, e dá outras providências;

- Portaria nº 243, de 15/04/2016 - Estabelece os critérios para o funcionamento, a avaliação e a supervisão de instituições públicas e privadas que prestam atendimento educacional a alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação;

- Resolução CNE/CEB nº 2, de 11/09/2001 - Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica;

- RESOLUÇÃO CD/FNDE Nº 45 DE 29 DE AGOSTO DE 2011 - Estabelece orientações e diretrizes para o pagamento de bolsas de estudo e pesquisa concedidas pela Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão do Ministério da Educação (SECADI/MEC) e pagas pelo FNDE/MEC a profissionais que atuam em cursos nas áreas de alfabetização e educação de jovens e adultos; educação do campo; educação escolar indígena; educação em áreas remanescentes de quilombos; educação em direitos humanos; educação ambiental e educação especial, ofertados pela Rede Nacional de Formação Continuada de Professores da Educação Básica (Renafor).

- Resolução CNE/CEB nº 4, de 02/10/2009 - Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial; e a

- Resolução CNE/CEB nº 1, de 21/01/2004 - Estabelece Diretrizes Nacionais para a organização e a realização de Estágio de alunos da Educação Profissional e do Ensino Médio, inclusive nas modalidades de Educação Especial e de Educação de Jovens e Adultos.

- Portaria nº 1.129, de 17/11/2013: cria o Programa de Desenvolvimento Acadêmico Abdias do Nascimento;

- Portaria Normativa nº 21, de 28/08/2013: dispõe sobre a inclusão da Educação para as Relações Étnico-Raciais, do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, a promoção da igualdade racial e enfrentamento ao racismo nos programas e ações do Ministério da Educação;

- Portaria do MEC nº 18, de 11/10/2012: dispõe sobre a implementação das reservas de vagas em instituições federais de ensino de que tratam a Lei nº 12.711, de 29/08/2012, e o Decreto nº 7.824, de 11/10/2012;

- Resolução CD/FNDE nº 10, de 02/04/2009: estabelece orientações e diretrizes para a operacionalização da assistência381 financeira suplementar a projetos educacionais de formação inicial e continuada de professores e elaboração de material didático específico para alunos e professores da educação básica no âmbito do Programa de Ações Afirmativas para a População Negra no Ensino Superior - UNIAFRO;

- Parecer CNE/CEB nº 2, de 31/01/2007: estabelece orientações quanto à abrangência das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana;

- Portaria nº 4.542, de 28/12/2005: institui a Comissão Técnica Nacional de Diversidade para Assuntos Relacionados à Educação dos Afro-brasileiros (CADARA);

- Resolução CNE/CP nº 01, de 17/06/2004: institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, de acordo com o Parecer CNE/CP nº 03, de 10 de março de 2004;

- Parecer CNE/CP nº 03, de 10/03/2004: trata das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana;

- Resolução CNE/CEB nº 08, de 20/11/2012: define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica;

- Parecer CNE/CEB nº 16, de 05/06/2012: trata das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola;

- Portaria MEC nº 10, de 28/02/2014: institui Grupo de Trabalho para acompanhar a implementação da Resolução CNE/CEB nº 03/2012 que institui as Diretrizes para o atendimento de educação escolar para populações em situação de itinerância, no que se refere às populações ciganas;

- Resolução CNE/CEB nº 03, de 16/05/2012: define diretrizes para o atendimento de educação escolar para populações em situação de itinerância;

- Parecer CNE/CEB nº 14, de 07/12/2011: trata das Diretrizes para o atendimento de educação escolar de crianças, adolescentes e jovens em situação de itinerância;

- Portaria MEC nº 391, de 10/05/2016: estabelece orientações e diretrizes aos órgãos normativos dos sistemas de ensino para o processo de fechamento de escolas do campo, indígenas e quilombolas;

- Portaria MEC nº 674, de 01/08/2013: institui a Comissão Nacional de Educação do Campo (CONEC), órgão colegiado de caráter consultivo, com a atribuição de assessorar o Ministério da Educação na formulação de políticas para a Educação do Campo, altera sua composição;

- Resolução FNDE nº 38, de 08/10/2013: estabelece orientações e procedimentos para o pagamento de bolsas de estudo e pesquisa no âmbito da Escola da Terra;

- Resolução CD/FNDE nº 40, de 26/07/2011: dispõe sobre o Programa Nacional do Livro Didático do Campo (PNLD Campo) para as escolas do campo;

- Resolução CNE/CEB nº 04, de 13/07/2010: define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica e estabelece a Educação do Campo como modalidade de ensino da Educação Básica;

- Resolução CNE/CEB nº 02, de 28/04/2008: estabelece Diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo;

- Portaria nº 1.258, de 19/12/2007: institui a Comissão Nacional de Educação do Campo (CONEC), órgão colegiado de caráter consultivo, com a atribuição de assessorar o Ministério da Educação na formulação de políticas para a Educação do Campo e identifica os movimentos sociais representados;

- Resolução CNE/CEB nº 01, de 03/04/2002: institui Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, incluindo os deveres dos Poderes Públicos na oferta de Educação Básica às comunidades rurais;

- Parecer CNE/CEB nº 36, de 04/12/2001: trata das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo;

- Portaria MEC, de 07.07.2016: retifica a Portaria de convocação da II Conferência Nacional de Educação Escolar Indígena - II CONEEI, a ser realizada em novembro de 2017, em Brasília-DF;

- Parecer CNE/CEB nº 14, de 11/11/2015: trata das Diretrizes Operacionais para a implementação da história e das culturas dos povos indígenas na educação básica em decorrência da Lei nº 11.645/2008;

- Parecer CNE/CEB nº 09, de 07/10/2015: estabelece orientações para a promoção do acesso de Povos Indígenas de recente contato a processos educacionais;



- Resolução CNE/CP nº 01, de 07/01/2015: institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores Indígenas em cursos de Educação Superior e de Ensino Médio e dá outras providências, de acordo com Parecer CNE/CP nº 06/2014;

- Portaria MEC nº 410, de 09/05/2014: aprova o Regimento Interno da Comissão Nacional de Educação Escolar Indígena - CNEEI e altera a Portaria MEC nº 734, de 7 de junho de 2010, que instituiu a CNEEI, órgão colegiado de caráter consultivo, com a atribuição de assessorar o MEC na formulação de políticas para a educação escolar indígena;

- Parecer CNE/CP nº 06, de 02/04/2014: institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores Indígenas;

- Portaria MEC nº 52, de 24/01/2014: institui o Grupo de Trabalho com a finalidade de realizar estudos sobre a criação de instituição de educação superior intercultural indígena (Universidade Intercultural Indígena);

- Portaria MEC nº 389, de 09/05/2013: cria o Programa Bolsa Permanência que estabelece valores diferenciados para estudantes indígenas e quilombolas, reconhecendo suas vulnerabilidades socioeconômicas na permanência e êxito no percurso acadêmico;

- Portaria nº 1.061, 30/10/2013: institui a Ação Saberes Indígenas na Escola;

- Resolução CNE/CEB nº 5, de 22/06/2012: define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena na Educação Básica;

- Parecer CNE/CEB nº 13, de 10/05/2012: trata das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena na Educação Básica;

- Parecer CNE/CEB nº 10, de 05/10/2011: trata da oferta de língua estrangeira nas escolas indígenas de Ensino Médio;

- Parecer CNE/CEB nº 01, de 10/02/2011: responde a questionamento do Conselho de Educação Escolar Indígena do Amazonas a respeito da transformação deste colegiado em órgão normativo, tendo em vista as características e especificidades da Educação Escolar Indígena;

- Portaria MEC nº 734, de 07/06/2010: institui a Comissão Nacional de Educação Escolar Indígena - CNEEI, órgão colegiado de caráter consultivo, com a atribuição de assessorar o MEC na formulação de políticas para a educação escolar indígena.

- Resolução CNE/CEB nº 3, de 10/11/1999: fixa Diretrizes Nacionais para o funcionamento das escolas indígenas;

- Parecer CNE/CEB nº 14, de 14/09/1999: dispõe sobre as Diretrizes Nacionais para o funcionamento das escolas indígenas;

- Portaria Interministerial (MJ e MEC) nº 559, de 16/04/1991: dispõe sobre a Educação Escolar para as Populações Indígenas;

- Portaria nº 86 de 01 de janeiro de 2013, que institui o Programa Nacional de Educação do Campo (Pronacampo), e define suas diretrizes gerais;

- Portaria nº 579, de 02 de julho de 2013, que institui a Escola da Terra;

- Portaria nº 1.344, de 20 de novembro de 2015, que regulamenta o cômputo das matrículas em instituições comunitárias que ofertam educação do campo e que tenham como proposta pedagógica a formação por alternância e dá outras providências;

- Portaria nº 98, de 06/12/2013, que regulamenta a ação Saberes Indígenas na Escola e define suas diretrizes complementares;

- Portaria nº 1.062, de 30/10/2013: institui o Programa Nacional dos Territórios Etnoeducacionais - PNTEE; e a

- Portaria Interministerial MEC/MDS nº 3.789, de 17/11/2004, publicada no DOU nº 221, em 18/11/2004, e que estabelece atribuições e normas para o cumprimento da condicionalidade da frequência escolar no Programa Bolsa Família (PBF).

Área: Subsecretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação - Stic

- Portaria MEC nº 2.260, de 28 de novembro de 2017 - DOU de 30/11/2017

- Aprova a Política Corporativa de Governança de TIC do MEC PCGTIC;

- PORTARIA MEC Nº 1.350, DE 20 DE JUNHO DE 2017 - DOU de 21/06/17

- Aprova o Plano Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação - PETIC e o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação - PDTIC;

- PORTARIA Nº 04, DE 28 DE JUNHO DE 2017, Boletim de Serviço Nº 21 DE 02/06/2017 - Institucionaliza as Instruções e Procedimentos para o Gerenciamento de Configuração e Ativo de Serviço nos Serviços e Ativos de Tecnologia da Informação, no âmbito do Ministério da Educação.

- PORTARIA MEC Nº 1.959, DE 28 de dezembro de 2016, DOU de 30/12/2016

- Instituição do Comitê de Governança Digital (CGD-MEC) do tipo estratégico, de natureza consultiva, tendo como objetivo deliberar sobre os assuntos relativos a Governança Digital, além de promover o alinhamento da área de negócio com a área de Tecnologia da Informação;

- PORTARIA MEC Nº 06 DE 23 DE NOVEMBRO DE 2016, Boletim de Serviço (não identificado) normativo consta citado na pág. 62 do PETIC - Criação da Comissão técnica responsável por executar, gerenciar, acompanhar e elaborar o PDTIC - MEC referente ao triênio 2017-2020;

- Portaria MEC nº 2.334, de 2 de setembro de 2015, DOU de 04/09/2015 - Instituição do Comitê Executivo de Tecnologia da Informação (CETI-MEC);

- Portaria MEC nº 01, de 18 de junho de 2015, Boletim de Serviço Nº23/2015

- Instituição do Comitê de Governança da Diretoria de Tecnologia da Informação (COMITÊ-DTI);

- PORTARIA Nº 12, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2014, Boletim de Serviço Nº 51 DE 29/12/2014 SUPLEMENTO C - Institucionaliza as Instruções e Procedimentos para o Gerenciamento de Nível de Serviço dos serviços de Tecnologia da Informação no âmbito do Ministério da Educação.

- PORTARIA Nº 11, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2014, Boletim de Serviço Nº 51 DE 29/12/2014 SUPLEMENTO B - Institucionaliza as Instruções e Procedimentos para o Gerenciamento de Catálogo de Serviço, para os serviços de Tecnologia da Informação no âmbito do Ministério da Educação.

- PORTARIA Nº 10, REVOGADA, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2014, Boletim de Serviço Nº 51 DE 26/12/2014 - Institucionaliza as Instruções e Procedimentos para o Gerenciamento de Configuração e Ativo de Serviço nos Serviços e Ativos de Tecnologia da Informação, no âmbito do Ministério da Educação.

- Portaria MEC nº 09 de 19 de dezembro de 2014, Boletim de Serviço Nº 50/2014 - Institucionaliza as Instruções e Procedimentos para o Gerenciamento de Portfólio de Serviço, para os serviços de Tecnologia da Informação no âmbito do Ministério da Educação.

- PORTARIA Nº 08, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2014, Boletim de Serviço Nº 49 DE 18/12/2014 SUPLEMENTO B - Institucionaliza as Instruções e Procedimentos para o Gerenciamento de Problema nos Serviços e Ativos de Tecnologia da Informação no âmbito do Ministério da Educação.

- PORTARIA Nº 07, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2014, Boletim de Serviço Nº 46 DE 25/11/2014 SUPLEMENTO A - Institucionaliza as Instruções e Procedimentos para o Gerenciamento de Eventos nos Serviços e Ativos de Tecnologia da Informação no âmbito do Ministério da Educação.

- PORTARIA Nº 06, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2014, Boletim de Serviço Nº 44 DE 13/11/2014 SUPLEMENTO B - Institucionaliza as Instruções e Procedimentos para o Gerenciamento de Incidentes e Cumprimento de Requisição nos Serviços e Ativos de Tecnologia da Informação no âmbito do Ministério da Educação.

- PORTARIA MEC Nº 1.404, DE 23 DE SETEMBRO DE 2014, DOU de 24/09/14

- Publica o Plano Diretor de Tecnologia da Informação - PDTI, da Diretoria de Tecnologia da Informação, da Secretaria Executiva do Ministério da Educação - MEC, para o período 2014-2016, devidamente aprovado pelo Comitê de Tecnologia da Informação em reunião ocorrida no dia 4 de setembro de 2014, para o período 2012-2013.

- PORTARIA Nº 05, DE 18 DE SETEMBRO DE 2014, Boletim de Serviço Nº 36 DE 18/09/2013 - Institucionaliza as Instruções e Procedimentos para o Gerenciamento de Mudanças nos Serviços e Ativos de Tecnologia da Informação no âmbito do Ministério da Educação.

- PORTARIA MEC Nº 2.092, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2013, DOU de 31/12/13.

Aprovar o Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação, da Diretoria de Tecnologia da Informação, da Secretaria Executiva, do Ministério da Educação, para o período 2014-2016.

- RESOLUÇÃO Nº 03, DE 27 DE AGOSTO DE 2013, Boletim de Serviço Nº 33 DE 27/08/2013 - Publica conjunto de 9 (nove) normas deliberadas pelo Comitê de Segurança da Informação e Comunicações do Ministério da Educação, instituído pela Portaria MEC nº 942, de 22 de junho de 2012.

- RESOLUÇÃO Nº 02, DE 03 DE JULHO DE 2013, Boletim de Serviço Nº25 DE 04/07/2013 - Dispõe sobre os procedimentos do Comitê de Segurança da Informação e Comunicações do Ministério da Educação, instituído pela Portaria MEC nº 942, de 22 de junho de 2012.

- PORTARIA MEC Nº 996 de 6 de agosto de 2012, Boletim de Serviço Nº30/2012 - Altera a Portaria MEC nº 1.054, de 2 de agosto de 2011, que aprova a Política de Segurança da Informação e Comunicações do Ministério da Educação;

- Portaria MEC nº 942, de 22 de junho de 2012, DOU de 25/06/2012 - Instituição do Comitê de Segurança da Informação e Comunicações (CSIC-MEC);

- PORTARIA MEC Nº 869, DE 6 DE JUNHO DE 2012, DOU de 11/06/12 - Aprova o Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação - PETI, para o período 2012-2013.

- Portaria MEC nº 1.054, de 2 de agosto de 2011, Boletim de Serviço (não identificado) Aprovar a Política de Segurança da Informação e Comunicações - POSIC do Ministério da Educação - MEC;

Área: Assessoria Internacional

- Portaria nº 403, de 24 de abril de 2009. Dispõe sobre solicitação, autorização, concessão e prestação de contas de diárias, passagens e hospedagem no âmbito do Ministério da Educação, e das outras providências;

- Portaria 404, de 23 de abril de 2009:

- Art. 1º subdelega competência aos reitores de Universidades Federais, para autorizar o afastamento de seus servidores para o exterior;

- Art. 2º subdelega competência aos conselhos superiores das Universidades Federais, vedada nova subdelegação, para autorizar o afastamento do reitor para o exterior;

- Art. 4º subdelega competência aos Reitores dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia - IFET e ao Reitor da Universidade Tecnológica Federal do Paraná - UTFPR, aos Diretores-Gerais dos Centros Federais de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca - CEFET-RJ e de Minas Gerais - CEFET-MG, para autorizar o afastamento do país de seus servidores para o exterior; e

- Art. 5º subdelega aos órgãos colegiados superiores dos IFET, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, dos Centros Federais de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca - CEFET-RJ e CEFET-MG, vedada nova subdelegação para autorizar o afastamento do reitor para o exterior;

- Portaria nº 1.578, de 22 de dezembro de 2017. Subdelega a competência para autorizar afastamento do País no âmbito do Ministério da Educação e Suas entidades vinculadas e dá outras providências;

- Portaria nº 1.598, de 10 de setembro de 2019. Altera a Portaria nº 1.578, de 22 de dezembro de 2017, que dispõe sobre afastamentos do País no interesse do Ministério da Educação.

Área: Secretaria Executiva - SE

- PORTARIA Nº 1.391, DE 26 DE JULHO DE 2019 - Extinção do Comitê Gestor da Preparação e da Implementação de Projetos de Cooperação Técnica e Acordos de Empréstimos Internacionais do Ministério da Educação (CGCOP), publicada em 29/07/2019, seção 1, página 39 do Diário Oficial da União;

- PORTARIA Nº 1.842, DE 24 DE OUTUBRO DE 2019 - Designação de membro suplente, para na qualidade de representante do Ministério da Educação - MEC, integrar o Conselho Nacional do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - SENAC, publicada em 29/10/2019, seção 2, página 24 do Diário Oficial da União;

- PORTARIA Nº 1.843, DE 24 DE OUTUBRO DE 2019 - Designação de membro suplente, para na qualidade de representante do Ministério da Educação - MEC, integrar o Conselho Nacional do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI, publicada em 29/10/2019, seção 2, página 24 do Diário Oficial da União;

- PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 002, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2019 - Dispõe sobre a implementação do Projeto Sinais, no âmbito do Ministério da Cidadania e do Ministério da Educação, publicada em 19/12/2019, seção 1, página 109 do Diário Oficial da União;

- PORTARIA Nº 1.855, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2019 - Designação de membros titular e suplente, para, na qualidade de representantes do Ministério da Educação, integrarem o Conselho Diretor da Fundação Universidade Federal de Pelotas- UFPEL, publicada em 20/12/2019, seção 2, página 27 do Diário Oficial da União;

- PORTARIA Nº 1.857, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2019 - Designação de membros titular e suplente, para, na qualidade de representantes do Ministério da Educação, integrarem o Conselho Diretor do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca - CEFET/RJ, publicada em 20/12/2019, seção 2, página 27 do Diário Oficial da União;

- PORTARIA Nº 1.858, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2019 - Designação de membros titular e suplente, para, na qualidade de representantes do Ministério da Educação, integrarem o Conselho de Curadores da Universidade Federal do Espírito Santo - UFES, publicada em 20/12/2019, seção 2, página 27 do Diário Oficial da União;

- PORTARIA Nº 1.713, DE 02 DE OUTUBRO DE 2019 - Altera a Portaria 1.160, de 29 de dezembro de 2015, que estabelece regras, critérios e procedimentos para a progressão funcional e promoção aos integrantes da carreira de Analista Técnico de Políticas Sociais - ATPS, no âmbito do Ministério da Educação, publicada em 03/10/2019, seção 1, página 77 do Diário Oficial da União;

- PORTARIA Nº 1.751, DE 15 DE OUTUBRO DE 2019 - Reversão da aposentadoria concedida a DIANA CHIARA OLIVEIRA, em virtude do Laudo Médico Pericial apresentado, emitido por junta médica da Universidade Federal de Sergipe, que declarou insubsistentes os motivos que a levaram à aposentadoria por invalidez, publicada em 16/10/2019, seção 2, página 21 do Diário Oficial da União;

- PORTARIA Nº 1.922, DE 05 DE NOVEMBRO DE 2019 - Destinação de vaga do cargo de Professor do Magistério Superior, para fins de reversão voluntária, publicada em 06/11/2019, seção 1, página 170 do Diário Oficial da União;

- PORTARIA Nº 2.090, DE 03 DE DEZEMBRO DE 2019 - Divulga o resultado da Avaliação de Desempenho Institucional do Ministério da Educação no período de 12 de novembro de 2018 a 31 de outubro de 2019, publicada em 04/12/2019, seção 1, página 37 do Diário Oficial da União;

- PORTARIA Nº 277, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2020 - Designação de representantes para compor a Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior, publicada em 19/02/2020, seção 2, página 21 do Diário Oficial da União;

- PORTARIA Nº 395, DE 4 DE MARÇO DE 2020 - Designação de representantes para compor o Conselho Curador da Fundação Universitária José Bonifácio - FUBJ, publicada em 05/03/2020, seção 2, página 21 do Diário Oficial da União;

- PORTARIA Nº 410, DE 5 DE MARÇO DE 2020 - Designação de representantes para compor o Conselho Diretor do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (CEFET/RJ), publicada em 09/03/2020, seção 2, página 20 do Diário Oficial da União;

- PORTARIA Nº 32, DE 20 DE JANEIRO DE 2020 - Estabelece diretrizes e procedimentos para planejamento, organização, instrução das contratações de bens e serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação, no âmbito do Ministério da Educação, publicada em 21/01/2020, seção 1, página 32 do Diário Oficial da União;

- PORTARIA Nº 278, DE 30 DE JANEIRO DE 2020 - Manual de procedimentos para realização e fiscalização de eventos do Ministério da Educação, publicada no Boletim de Serviços nº 3/2020, Suplemento C;

- PORTARIA Nº 204, DE 6 DE FEVEREIRO DE 2020 - Dispõe sobre os procedimentos para afastamento da sede e do País e concessão de diárias e passagens em viagens nacionais e internacionais, no interesse da Administração, e delega competência a dirigentes do Ministério da Educação - MEC e das entidades vinculadas para a prática dos atos que menciona, publicada em 07/02/2020, seção 1, página 29 do Diário Oficial da União;

- PORTARIA Nº 205, DE 6 DE FEVEREIRO DE 2020 - Delega competência a dirigentes do Ministério da Educação - MEC e das entidades vinculadas para a prática dos atos que menciona, publicada em 07/02/2020, seção 1, página 34 do Diário Oficial da União;



- PORTARIA Nº 242, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2020 - Reversão de Aposentadoria por Invalidez do servidor Francisco de Paula Ramalho Junior, publicada em 13/02/2020, seção 2, página 23 do Diário Oficial da União;

- PORTARIA Nº 243, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2020 - Delega competência para autorizações de governança nas contratações de bens e serviços e para as locações de imóveis, no âmbito do Ministério da Educação e entidades vinculadas, publicada em 13/02/2020, seção 1, página 35 do Diário Oficial da União;

- PORTARIA Nº 382, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2020 - Subdelega competências às autoridades que mencionam para autorizarem a celebração de contratos administrativos, e suas prorrogações, para atividades de custeio com valores inferiores a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), publicada em 28/02/2020, seção 1, página 46 do Diário Oficial da União;

- PORTARIA Nº 329, DE 11 DE MARÇO DE 2020 - Institui o Comitê Operativo de Emergência do Ministério da Educação - COE/MEC, no âmbito do Ministério da Educação, publicada em 12/03/2020, seção 1, página 165 do Diário Oficial da União;

- PORTARIA Nº 331, DE 12 DE MARÇO DE 2020 - Designação de membros para compor o Comitê Operativo Emergencial do Ministério da Educação - COE/MEC, publicada em 13/03/2020, seção 2, página 26 do Diário Oficial da União;

- PORTARIA Nº 491, DE 19 DE MARÇO DE 2020 - Estabelece medidas temporárias de prevenção ao contágio pelo Novo Coronavírus (COVID-19) no âmbito do Ministério da Educação, publicada em 19/03/2020, seção 1- Extra, página 1 do Diário Oficial da União;

- PORTARIA Nº 534, DE 23 DE MARÇO DE 2020 - Estabelece medidas temporárias de prevenção ao contágio pelo Novo Coronavírus (COVID-19) a serem adotadas no âmbito do Ministério da Educação, no que se refere aos prestadores de serviços terceirizados, publicada em 23/03/2020, seção 1 - Extra, página 1 do Diário Oficial da União;

- PORTARIA Nº 375, DE 3 DE ABRIL DE 2020 - Altera dispositivos da Portaria nº 331, de 13 de março de 2020, que dispõe sobre a designação dos membros para compor o Comitê Operativo Emergencial do Ministério da Educação - COE/MEC, publicada em 06/04/2020, seção 1, página 66 do Diário Oficial da União;

- PORTARIA Nº 661, DE 09 DE ABRIL DE 2020 - Altera o art. 5º da Portaria nº 491, de 19 de março de 2020, que estabelece medidas temporárias de prevenção ao contágio pelo novo coronavírus - Covid-19, no âmbito do Ministério da Educação;

- PORTARIA Nº 90, DE 20 DE JANEIRO DE 2020 - Revogação os atos de criação de colegiados extintos, publicada em 21/01/2020, seção 1, página 32 do Diário Oficial da União;

- PORTARIA Nº 211, DE 06 DE FEVEREIRO DE 2020 - Recondição e designação, respectivamente, de membros titular e suplente, para representarem o Ministério da Educação junto ao Conselho Regional do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial SENAC, no Estado do Amazonas, publicada em 07/02/2020, seção 2, página 22 do Diário Oficial da União;

- PORTARIA Nº 213, DE 6 DE FEVEREIRO DE 2020 - Recondição de membros titular e suplente, para representarem o Ministério da Educação junto ao Conselho Regional do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial SENAC, no Estado do Ceará, publicada em 07/02/2020, seção 2, página 22 do Diário Oficial da União;

- PORTARIA Nº 264, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2020 - Designação de Representante para compor o CG-FIES e GT-CGFIES, publicada em 14/02/2020, seção 2, página 29 do Diário Oficial da União;

- PORTARIA Nº 277, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2020 - Designação de representantes para compor a Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior, publicada em 19/02/2020, seção 2, página 21 do Diário Oficial da União;

- PORTARIA Nº 395, DE 4 DE MARÇO DE 2020 - Designação de representantes para compor o Conselho Curador da Fundação Universitária José Bonifácio - FUIB, publicada em 05/03/2020, seção 2, página 21 do Diário Oficial da União;

- PORTARIA Nº 410, DE 5 DE MARÇO DE 2020 - Designação de representantes para compor o Conselho Diretor do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (CEFET/RJ), publicada em 09/03/2020, seção 2, página 20 do Diário Oficial da União;

- PORTARIA Nº 470, DE 11 DE MAIO DE 2020 - Atualização de representante na composição do Comitê Gestor do Fundo de Financiamento Estudantil - CG-FIES, publicada em 13/05/2020, seção 2, página 23 do Diário Oficial da União;

- PORTARIA Nº 12, DE 03 DE JANEIRO DE 2020 - Reversão a aposentadoria concedida a DENESCLEIDE BARBOSA DOS SANTOS, em virtude do Laudo Médico Pericial apresentado, emitido por junta médica da Universidade Federal de Sergipe, que declarou insubsistentes os motivos que a levaram a aposentadoria por invalidez, publicada em 06/01/2020, seção 2, página 17 do Diário Oficial da União;

- PORTARIA Nº 460, DE 06 DE MAIO DE 2020 - Altera dispositivo da Portaria nº 331, de 13 de março de 2020, que dispõe sobre a designação dos membros para compor o Comitê Operativo Emergencial do Ministério da Educação - COE/MEC, publicada em 08/05/2020, seção 2, página 18;

- PORTARIA Nº 460, DE 06 DE MAIO DE 2020 - Altera dispositivo da Portaria nº 331, de 13 de março de 2020, que dispõe sobre a designação dos membros para compor o Comitê Operativo Emergencial do Ministério da Educação - COE/MEC, publicada em 08/05/2020, seção 2, página 18; Portaria nº 1.478, de 27 de novembro de 2014, dispõe sobre os serviços contínuo;

- Portaria nº 120, de 9 de março de 2016, institui o rito do Processo de Apuração de Responsabilidade - PAAR;

- Portaria nº 118, de 10 de março de 2016, define parâmetros para a realização do acompanhamento e fiscalização de execução de contratos de terceirização no âmbito do Ministério da Educação, em Brasília - DF.

- Portaria nº 1.920, de 22 de setembro 2017 - Altera a composição da Comissão e das Subcomissões Permanentes de Avaliação de Documentos do Ministério da Educação e dá outras providências.

- Portaria nº 1.393, de 20 de dezembro de 2018 - Constitui a Subcomissão de Coordenação integrante do Sistema de Gestão de Documentos de Arquivo, da Administração Pública federal, no Ministério da Educação, e revoga a Portaria MEC nº 1.005, de 8 de agosto de 2012.

- Portaria nº 863, de 15 de julho de 2008 - Institui o Comitê de Eventos do Ministério da Educação - MEC, objetivando assegurar a uniformidade, padronização de produtos e serviços, racionalidade burocrática e de procedimentos, qualidade e melhores custos na realização de eventos.

- Portaria nº 2.227, de 31 de dezembro de 2019 - Dispõe sobre os procedimentos para afastamento da sede e do país e concessão de diárias e passagens em viagens nacionais e internacionais, a serviço, no âmbito do Ministério da Educação;

- Portaria SAA nº 350, de 5/10/2017 - Subdelegar competência ao CGGA. I - aprovar planos de trabalho, projetos básicos e termos de referência, inclusive nos casos de inexigibilidade e dispensas de licitação; e II - celebrar contratos, convênios, termos de execução descentralizada, acordos, ajustes específicos e designar comissões inerentes às atividades de gestão administrativa da Subsecretaria de Assuntos Administrativos, atendidas as disposições legais pertinentes;

- Norma Operacional nº 03, de 19 de dezembro de 2006 - Dispõe sobre as normas e os procedimentos para estabelecer critérios de controle e administração de bens móveis, padronizando e atualizando procedimentos, de forma a contribuir para a correta aplicação da legislação vigente. (1641845)

- Norma Operacional nº 01/SE/MEC, de 21 de agosto de 2007 - Dispõe sobre o exercício e jornada de trabalho de servidores que exercem atividade de secretaria no âmbito dos órgãos da administração direta do Ministério da Educação - MEC;

- Portaria nº 263, de 25 de julho de 2019 - Institui a Comissão Especial de Classificação e Avaliação de Bens Permanentes no âmbito do Ministério da Educação. (1646880)

- Norma Operacional nº 1, de 12 de abril de 1999 - Dispõe sobre os procedimentos a serem adotados para acompanhamento e fiscalização da execução de contratos, no âmbito da Subsecretaria de Assuntos Administrativos do Ministério da Educação;

- Norma Operacional nº 1, de 21 de junho de 2005 - Dispõe sobre o Serviço de Transporte oficial e terceirizado, no âmbito do Ministério da Educação.

- Portaria nº 1.042, de 4 de novembro de 2015 - Dispõe sobre a implantação e o funcionamento do processo eletrônico no âmbito do Ministério da Educação;

- Portaria nº 1.920, de 22 de setembro de 2017 - Altera a composição da Comissão e das Subcomissões Permanentes de Avaliação de Documentos do Ministério da Educação e dá outras providências;

- Portaria nº 1.393, de 20 de dezembro de 2018 - Dispõe sobre o Sistema de Gestão de Arquivos - SIGA, da Administração Pública Federal;

- Portaria nº 1.624, de 19 de setembro de 2019 - Estabelece procedimentos para o tratamento de demandas oriundas de órgãos de controle, órgãos de defesa do Estado, órgãos de defesa do consumidor, órgãos do Poder Judiciário e órgãos essenciais à jurisdição do Estado no âmbito do Ministério da Educação;

- Orientação Normativa nº 1, de 2 de janeiro de 2020 - Dispõe sobre procedimentos de segurança para controle de acesso, circulação e permanência de pessoas nas dependências do Ministério da Educação.

- Portaria nº 1.779, de 25 de outubro de 2018 - Institui o Programa de Saúde Bucal do Ministério da Educação;

- Portaria nº 396, de 8 de março de 2001 - Aprova o programa de Assistência Médica aos servidores do MEC;

- Portaria nº 1.006, de 8 de outubro de 2013 - Institui o Projeto de Qualidade de Vida no Trabalho - Viver com Qualidade;

- Portaria nº 1.118, de 7 de junho de 2019 - Estabelece critérios e procedimentos da avaliação de desempenho individual e institucional da Gratificação de Desempenho do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo - GDPGE, da Gratificação de Desempenho de Atividades de Cargos Específicos - GDACE e da Gratificação de Desempenho de Atividade em Políticas Sociais - GDAPS, no âmbito do Ministério da Educação;

- Portaria nº 1.482, de 28 de agosto de 2019 - Altera Portaria nº 1.118, de 7 de junho de 2019, que estabelece critérios e procedimentos da avaliação de desempenho individual e institucional da Gratificação de Desempenho do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo - GDPGE, da Gratificação de Desempenho de Atividades de Cargos Específicos - GDACE e da Gratificação de Desempenho de Atividade em Políticas Sociais - GDAPS, no âmbito do Ministério da Educação;

- Portaria nº 1.160, de 29 de dezembro de 2015 - Estabelece regras, critérios e procedimentos para a progressão funcional e promoção aos integrantes da carreira de Analista Técnico de Políticas Sociais - ATPS, no âmbito do Ministério da Educação;

- Portaria nº 1.713, de 2 de outubro de 2019 - Altera a Portaria nº 1.160, de 29 de dezembro de 2015, que estabelece regras, critérios e procedimentos para a progressão funcional e promoção aos integrantes da carreira de Analista Técnico de Políticas Sociais - ATPS, no âmbito do Ministério da Educação;

- Portaria nº 1.714, de 2 de outubro de 2019 - Define as ações e metas do exercício de 2018/2019 relativas a programas, projetos e atividades prioritárias para a avaliação de desempenho institucional do Ministério da Educação;

- Portaria nº 35, de 21 de janeiro de 2020 - Constitui o Comitê de Acompanhamento da Avaliação Institucional da Gratificação de Desempenho do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo - GDPGE, no âmbito do Ministério da Educação;

- Portaria nº 363, de 9 de outubro de 2018 - Constitui a Comissão de Acompanhamento da Avaliação de Desempenho - CAD;

- Portaria nº 1.507, de 28 de outubro de 2010 - Dispõe sobre o desenvolvimento de pessoas no âmbito do Ministério da Educação;

- Portaria nº 238, de 23 de março de 2018 - Dispõe sobre a retribuição devida a servidor público federal pelo desempenho eventual de atividades de instrutoria no Ministério da Educação, por meio da Gratificação por Encargo de Curso ou Concurso;

- Portaria nº 1.670, de 6 de setembro de 2018 - Define critérios e procedimentos do Programa de Estágio Supervisionado no âmbito do Ministério das Educação;

- Portaria nº 128, de 25 de fevereiro de 2013 - Instituir o Programa Incentivo ao Estudo de Idioma Estrangeiro, sob forma de concessão de bolsas de estudo, para o custeio parcial de cursos de idiomas estrangeiros, aos servidores do Ministério da Educação;

- Portaria nº 129, de 25 de fevereiro de 2013 - Instituir o Programa Incentivo Educacional à Graduação e Pós-Graduação, sob forma de concessão de bolsas de estudo para o custeio parcial de cursos de graduação e pós-graduação, lato sensu e stricto sensu, aos servidores efetivos do Ministério da Educação;

- Memorando-Circular nº 6, de 25 de abril de 2016 - Orientações para uniformizar procedimentos decorrentes de nomeações/designações;

- Portaria nº 96, de 30 de abril de 2003 - Subdelegar competência ao Coordenador-Geral de Gestão de Pessoas e, nos seus afastamentos e impedimentos legais, ao seu substituto;

- Portaria nº 205, de 6 de fevereiro de 2010 - Delega competência a dirigentes do Ministério da Educação - MEC e das entidades vinculadas para a prática dos atos que mencionam;

- OFÍCIO-CIRCULAR Nº 1/2020/ATOS/CAP/CGGP/SAA - MEC - Procedimentos para Posse e Exercício em Cargo ou Função Comissionada;

- NORMA INTERNA Nº 01 DE 22 DE ABRIL DE 2008 - Dispõe sobre as normas relativas à jornada de trabalho, registro, controle e apuração de frequência, funcionamento do ponto eletrônico e utilização do cartão de identidade funcional no âmbito do Ministério da Educação;

- ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 1, DE 2 DE JANEIRO DE 2020 - Dispõe sobre procedimentos de segurança para controle de acesso, circulação e permanência de pessoas nas dependências do Ministério da Educação;

- Portaria nº 1.128, de 15 de dezembro de 2015, do Ministério da Educação - Dispõe sobre a autorização de cessão de servidores do Ministério da Educação e de suas entidades vinculadas para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança em outro órgão ou entidade dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

- Portaria nº 1.561, de 28 de agosto de 2019, da Secretaria-Executiva do Ministério da Educação - Subdelega competência a dirigentes e autoridades do Ministério da Educação e entidades vinculadas para a prática dos atos que mencionam;

- Memorando-Circular nº 3, de 9 de novembro de 2017, e nº 49, de 16 de novembro de 2017 - Orientações para instrução de processos de Auxílio Moradia;

- Memorando-Circular nº 2, de 7 de novembro de 2017, e nº 47, de 16 de novembro de 2017 - Orientações para instrução de processos de Ajuda de Custo;

- Memorando-Circular nº 1, de 2 de agosto de 2018 - Comunica a implantação, pelo Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão - MP, do módulo "Moradia" no Sigepe, destinado à automação do processo de solicitação, concessão e gestão dos benefícios de ocupação de imóvel funcional e auxílio moradia;

- Memorando-Circular nº 3, de 14 de novembro de 2017 - Comunica a implantação, pelo Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão - MP, do módulo "Férias Web" do Sigepe, que tem como objetivo facilitar e agilizar o processo de marcação de férias dos servidores, onde o próprio servidor consulta, programa, altera e acompanha a solicitação de suas férias, sem a intervenção da área de recursos humanos, e evitando o envio de formulários e/ou memorandos requerendo férias;

- Memorando-Circular nº 7, de 21 de outubro de 2015 - Orientações quanto à programação de férias de empregados Celetistas;

- Memorando-Circular nº 3, de 23 de maio de 2016 - Orientações quanto à programação de férias de empregados Celetistas;

- Portaria nº 173, de 28 de fevereiro de 2018 - Delega competência aos titulares das unidades administrativas do Ministério da Educação para autorizar a interrupção de férias de seus servidores, por necessidade de serviço, devidamente justificada interrupção ou cancelamento, no interesse da Administração;

- Nota Técnica nº 385/2012 - Versa sobre o pagamento da vantagem de 28,86% após publicação da Medida Provisória;

- Nota Técnica nº 435/2012 - orientações sobre o pagamento de adicionais ocupacionais;

- Nota Técnica nº 199/2013 - Concessão de auxílio transporte;

- Nota Técnica nº 60/2013 - Versa sobre a redução de jornada de trabalho;

- Nota Técnica nº 61/2013 - Versa sobre a redução de jornada de trabalho;



- Nota Técnica nº 384/2012 - Concessão de diárias e passagens aéreas;
- Nota Técnica nº 621/2013 - Exercícios anteriores;
- Nota Técnica nº 404/2012 - Percentual do Incentivo à Qualificação;
- Nota Técnica nº 32/2013 - Progressão Funcional - PCCTAE;
- Nota Técnica nº 433/2013 - Progressão Funcional - PCCTAE;
- Nota Técnica nº 531/2013 - Concessão da Gratificação de Atividade Executiva - GAE;
- Nota Técnica nº 110/2013 - Concessão de Gratificação por encargo de curso e concurso - GECC;
- Nota Técnica nº 381/2012 - Incorporação de quintos e décimos - VPNI;
- Nota Técnica nº 1/2020 - Instrução Processual;
- Nota Técnica nº 38/2019 - Efeitos Financeiros decorrentes da Progressão Funcional;
- Nota Técnica nº 15/2016 - Concessão de Aposentadoria;
- Nota Técnica nº 12/2017 - Aposentadoria Especial;
- Nota Técnica nº 43/2019 - Pendências de ajuda de custo;
- Memorando-Circular nº 2/2017 - Orientações sobre a concessão de ajuda de custo;
- Ofício-Circular nº 15/2019 - Acumulação de cargos com jornada superior a 60 horas semanais;
- Ofício-Circular nº 1/2020 - Orientações para cadastro de professor substituto;
- Ofício-Circular nº 4/2020 - Complementa as informações do Ofício-Circular nº 1/2020 (Professor Substituto);
- Ofício-Circular nº 2/2020 - Instrução Processual;
- Ofício-Circular nº 17/2019 - Redistribuição entre cargos da Carreira do Magistério Federal;
- Ofício-Circular nº 39/2019-SAA - Titulação para fins de pagamento de retribuição por titulação e incentivo à qualificação;
- Ofício-Circular nº 3/2017 - Cumprimento de decisão judicial que determina Remoção;
- Ofício-Circular nº 6/2016 - Aposentadoria especial: Não deve ser computado o período de licença/afastamento;
- Ofício-Circular nº 71/2020/GAB/SAA/SAA-MEC - procedimentos e critérios a serem observados quando da interposição de requerimento de auxílio-moradia. Área: Secretaria de Ensino Superior - Sesu
- Portaria Normativa MEC nº 1, de 22 de janeiro de 2010 - Regulamenta a adesão das mantenedoras ao Fies;
- Portaria Normativa MEC nº 10, de 30 de abril de 2010 - Dispõe sobre os procedimentos de inscrição e contratação do Fies;
- Portaria Normativa MEC nº 15, de 8 de julho de 2011 - Dispõe sobre o aditamento dos contratos do Fies;
- Portaria Normativa MEC nº 25, de 22 de dezembro de 2011 - Dispõe sobre a transferência de curso e/ou IES referente aos contratos do Fies;
- Portaria Normativa MEC nº 2, de 1º de fevereiro de 2012 - Dispõe sobre a cobrança pelas IES dos valores de encargos educacionais no âmbito do Prouni e do Fies;
- Portaria SESU nº 87, de 3 de abril de 2012 - Regulamenta a Portaria Normativa nº 2, de 1º de fevereiro de 2012;
- Portaria Normativa MEC nº 19, de 31 de outubro de 2012 - Dispõe sobre o encerramento antecipado dos contratos do Fies;
- Portaria Normativa MEC nº 28, de 28 de dezembro de 2012 - Dispõe sobre suspensão temporária dos contratos do Fies;
- Portaria Normativa MEC nº 7, de 26 de abril de 2013 - Regulamenta o disposto no art. 6º-B da Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001;
- Portaria Normativa nº 14, de 11 de maio de 2016 - Dispõe sobre a ampliação do número de vagas anuais autorizadas nos cursos de IES sem prerrogativa de autonomia em razão da oferta de vagas nos processos seletivos do Fies;
- Portaria MEC nº 209, de 7 de março de 2018 - Dispõe sobre o Fies a partir do primeiro semestre de 2018;
- Portaria Normativa MEC nº 25, de 28 de dezembro de 2017 - Dispõe sobre o processo seletivo do Fies e do P-Fies referente ao primeiro semestre de 2018;
- Portaria MEC nº 475, de 25 de maio de 2018 - Dispõe sobre a ocupação de vagas remanescentes do processo seletivo do Fies referente ao primeiro semestre de 2018;
- Portaria MEC nº 536, de 6 de junho de 2018 - Dispõe sobre as regras e os procedimentos a serem realizados para a oferta de financiamento estudantil do Fies e do P-Fies referente ao processo seletivo do segundo semestre de 2018;
- Portaria MEC nº 638, de 5 de julho de 2018 - Dispõe sobre o processo seletivo do Fies e do P-Fies referente ao segundo semestre de 2018;
- Portaria MEC nº 961, de 18 de setembro de 2018 - Dispõe sobre a ocupação de vagas remanescentes do processo seletivo do Fies referente ao segundo semestre de 2018;
- Portaria MEC nº 1.209, de 19 de novembro de 2018 - Dispõe sobre as regras e os procedimentos a serem realizados para a oferta de financiamento estudantil mediante o Fies e o P-Fies referentes ao processo seletivo do primeiro semestre de 2019;
- Portaria MEC nº 1.435, de 28 de dezembro de 2018 - Dispõe sobre o processo seletivo do Fies e do P-Fies referente ao primeiro semestre de 2019;
- Portaria MEC nº 952, de 3 de maio de 2019 - Dispõe sobre o processo seletivo do Fies e do P-Fies referente ao segundo semestre de 2019;
- Portaria MEC nº 1.499, de 29 de agosto de 2019 - Dispõe sobre a ocupação de vagas remanescentes do processo seletivo do Fies referente ao segundo semestre de 2019;
- Portaria Normativa nº 19, de 20 de novembro de 2008 - Regulamenta os procedimentos de manutenção de bolsas do Prouni;
- Portaria Normativa MEC nº 2, de 1º de fevereiro de 2012 - Dispõe sobre a cobrança pelas IES dos valores de encargos educacionais no âmbito do Prouni e do Fies;
- Portaria SESU nº 87, de 3 de abril de 2012 - Regulamenta a Portaria Normativa nº 2, de 1º de fevereiro de 2012;
- Portaria Normativa nº 8, de 26 de abril de 2013 - Regulamenta os procedimentos de supervisão de bolsistas do Prouni;
- Portaria Normativa nº 6, de 27 de fevereiro de 2014 - Regulamenta a ocupação das bolsas remanescentes do Prouni;
- Portaria Normativa nº 18, de 6 de novembro de 2014 - Regulamenta a adesão e emissão de Termos aditivos no Prouni;
- Portaria Normativa nº 1, de 2 de janeiro de 2015 - Regulamenta os processos seletivos do Prouni;
- Portaria Normativa nº 19, de 14 de setembro de 2011 - Regulamenta o art. 11 da Lei nº 11.180, de 2005, e dispõe sobre a bolsa permanência do Prouni;
- Portaria Normativa MEC nº 26, de 5 de dezembro de 2012 - Dispõe sobre os procedimentos para oferta de bolsas e seleção de bolsistas de que trata o Proies, instituído pela Lei nº 12.688, de 18 de julho de 2012;
- Portaria Normativa MEC nº 18, de 11 de outubro de 2012 - Dispõe sobre a implementação da reserva de vagas de que trata a Lei nº 12.711, de 2012;
- Portaria Normativa MEC nº 21, de 5 de novembro de 2012 - Dispõe sobre o SisU;
- Portaria Normativa MEC nº 25, de 28 de dezembro de 2010 - Institui o PNAEST, destinado a ampliar as condições de acesso, permanência e sucesso dos jovens na educação superior pública estadual;
- Portaria MEC nº 976, de 27 de julho de 2010 - Dispõe sobre o PET;
- Portaria MEC nº 343, de 24 de abril de 2013 - Dispõe sobre o PET;
- Portaria MEC nº 389, de 9 de maio de 2013 - Institui o Programa Bolsa Permanência, destinado à concessão de bolsas de permanência a estudantes de graduação de instituições federais de educação superior;
- Portaria Normativa MEC nº 39, de 12 de dezembro de 2007 - Institui o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES;
- Portaria Interministerial MEC/MS nº 51, de 8 de setembro de 2015 - Dispõe sobre a convalidação de certificados dos egressos dos Programas de Residência em Área Profissional da Saúde nas modalidades multiprofissional e uniprofissional, com turmas iniciadas anteriormente a 30 de junho de 2005;
- Portaria Interministerial MEC/MS nº 53, de 5 de outubro de 2015 - Nomeia membros natos e não natos para a Comissão Nacional de Residência Multiprofissional em Saúde;

- Portaria Interministerial nº 16, de 22 de dezembro de 2014 - pg 1 e pg 2
- Altera a Portaria Interministerial nº 1.077/MEC/MS, de 12 de novembro de 2009, a Portaria Interministerial nº 1.320/MEC/MS, de 11 de novembro de 2010 e revoga a Portaria Interministerial nº 1.224/MEC/MS, de 3 de outubro de 2012, para atualizar o processo de designação dos membros da Comissão Nacional de Residência Multiprofissional em Saúde (CNRMS) e para incluir áreas profissionais para a realização de Programas de Residência Multiprofissional e em Área Profissional da Saúde;
- Portaria nº 43, de 16 de setembro de 2014 - Nomeia o Secretário Executivo da CNRMS;
- Portaria Interministerial MEC/MS nº 34, de 10 de abril de 2014 - Nomeia a Comissão Nacional de Residência Multiprofissional em Saúde - CNRMS;
- Portaria nº 754, de 18 de abril de 2012 - Altera a Portaria nº 1.111/GM/MS, de 5 de julho de 2005, que fixa normas para a implementação e a execução do Programa de Bolsas para a Educação pelo Trabalho;
- Portaria Interministerial nº 1.320, de 11 de novembro de 2010 - pg 1 e 2
- Dispõe sobre a estrutura, organização e funcionamento da Comissão Nacional de Residência Multiprofissional em Saúde - CNRMS (Vigente - alterada pela Portaria Interministerial nº 16, de 22 de dezembro de 2014 - pg 1 e pg 2);
- Portaria GM/MS nº 1.996, de 20 de agosto de 2007 - Dispõe sobre as diretrizes para a implementação da Política Nacional de Educação Permanente em Saúde e dá outras providências;
- Portaria Interministerial nº 2.538, de 19 de outubro de 2006 - Constitui Grupo de Trabalho para elaborar proposta de composição, atribuições e funcionamento da Comissão Nacional de Residência Multiprofissional em Saúde (GT-CNRMS) - PERDEU O EFEITO APÓS A PUBLICAÇÃO DA PRIMEIRA NOMEAÇÃO DA CNRMS;
- Portaria MS nº 399, de 22 de fevereiro de 2006 - Divulga o Pacto pela Saúde 2006 - Consolidação do SUS e aprova as Diretrizes Operacionais do Referido Pacto;
- Portaria Interministerial nº 2.117, de 3 de novembro de 2005 - Institui no âmbito dos Ministérios da Saúde e da Educação, a Residência Multiprofissional em Saúde e dá outras providências;
- Portaria Interministerial nº 2.118, de 3 de novembro de 2005 - Institui parceria entre Ministério da Educação e o Ministério da Saúde para cooperação técnica na formação e desenvolvimento de recursos humanos na saúde;
- Portaria nº 1.111/GM de 5 de julho de 2005 - Fixa normas para a implementação e a execução do Programa de Bolsas para a educação pelo Trabalho. (VIGENTE - alterada pela Portaria nº 754, de 18 de abril de 2012);
- Resolução CNRM nº 27, de 18 de abril de 2019 - Disciplina a oferta de estágio optativo no âmbito dos programas de residência médica;
- Resolução CNRM nº 26, de 22 de abril de 2019 - Aprova a Matriz de Competências dos Programas de Residência Médica na Área de Atuação em Neuroradiologia;
- Resolução CNRM nº 25, de 16 de abril de 2019 - Dispõe sobre a cooperação entre a CNRM e as sociedades médicas de especialidades nas visitas de avaliação in loco dos Programas de Residência Médica no Brasil;
- Resolução CNRM nº 23, de 16 de abril de 2019 - Aprova a Matriz de Competências dos Programas de Residência Médica em Radioterapia no Brasil;
- Resolução CNRM nº 24, de 16 de abril de 2019 - Aprova a Matriz de Competências dos Programas de Residência Médica em Medicina Nuclear;
- Resolução CNRM nº 22, de 8 de abril de 2019 - Dispõe sobre a Matriz de Competências dos Programas de Residência Médica em Ortopedia e Traumatologia;
- Resolução CNRM nº 21, de 8 de abril de 2019 - Dispõe sobre a Matriz de Competências dos Programas de Residência Médica em Otorrinolaringologia;
- Resolução CNRM nº 20, de 8 de abril de 2019 - Dispõe sobre a Matriz de Competências dos Programas de Residência Médica em Genética Médica;
- Resolução CNRM nº 19, de 8 de abril de 2019 - Dispõe sobre a Matriz de Competências dos Programas de Residência Médica em Urologia;
- Resolução CNRM nº 18, de 8 de abril de 2019 - Dispõe sobre a Matriz de Competências dos Programas de Residência Médica em Gastroenterologia;
- Resolução CNRM nº 17, de 8 de abril de 2019 - Dispõe sobre a Matriz de Competências dos Programas de Residência Médica em Endocrinologia e Metabolismo;
- Resolução CNRM nº 16, de 8 de abril de 2019 - Dispõe sobre a Matriz de Competências dos Programas de Residência Médica em Pneumologia;
- Resolução CNRM nº 15, de 8 de abril de 2019 - Dispõe sobre a Matriz de Competências dos Programas de Residência Médica em Patologia;
- Resolução CNRM nº 14, de 8 de abril de 2019 - Dispõe sobre a Matriz de Competências dos Programas de Residência Médica em Hepatologia;
- Resolução CNRM nº 13, de 8 de abril de 2019 - Dispõe sobre a Matriz de Competências dos Programas de Residência Médica em Medicina do Trabalho;
- Resolução CNRM nº 12, de 8 de abril de 2019 - Dispõe sobre a Matriz de Competências dos Programas de Residência Médica em Alergia e Imunologia;
- Resolução CNRM nº 11, de 8 de abril de 2019 - Dispõe sobre a Matriz de Competências dos Programas de Residência Médica em Anestesiologia;
- Resolução CNRM nº 10, de 8 de abril de 2019 - Dispõe sobre a Matriz de Competências dos Programas de Residência Médica em Cirurgia Oncológica;
- Resolução CNRM nº 9, de 8 de abril de 2019 - Dispõe sobre a Matriz de Competências dos Programas de Residência Médica em Neurocirurgia;
- Resolução CNRM nº 8, de 8 de abril de 2019 - Dispõe sobre a Matriz de Competências dos Programas de Residência Médica em Dermatologia;
- Resolução CNRM nº 7, de 8 de abril de 2019 - Dispõe sobre a Matriz de Competências dos Programas de Residência Médica em Cirurgia Plástica;
- Resolução CNRM nº 6, de 8 de abril de 2019 - Dispõe sobre a Matriz de Competências dos Programas de Residência Médica em Cirurgia da Mão;
- Resolução CNRM nº 5, de 8 de abril de 2019 - Dispõe sobre a Matriz de Competências dos Programas de Residência Médica em Cirurgia do Aparelho Digestivo;
- Resolução CNRM nº 4, de 8 de abril de 2019 - Dispõe sobre a Matriz de Competências dos Programas de Residência Médica em Oncologia Clínica;
- Resolução CNRM nº 3, de 8 de abril de 2019 - Dispõe sobre a Matriz de Competências dos Programas de Residência Médica em Ginecologia e Obstetrícia;
- Resolução CNRM nº 2, de 4 de abril de 2019 - Dispõe sobre a Matriz de Competências dos Programas de Residência Médica em Cirurgia Cardiovascular no Brasil;
- Resolução CNRM nº 1, de 4 de abril de 2019 - Aprova a Matriz de Competências dos Programas de Residência Médica em Cirurgia de Cabeça e Pescoço no Brasil;
- Nota Técnica nº 7/2019 - Orientações sobre Processos Seletivos para Programa de Residência médica;
- Resolução CNRM nº 48, de 28 de junho de 2018 - Dispõe sobre a Matriz de Competências do Programa de Residência Médica em Cirurgia Geral e do Programa de Pré-requisito em Área Cirúrgica Básica no Brasil;
- Resolução CNRM nº 35, de 9 de janeiro de 2018 - PROVAB - Altera a Resolução CNRM nº 2, de 27 de agosto de 2015;
- Resolução CNRM nº 1, de 3 de janeiro de 2018 - Dispõe sobre transferência de médicos residentes nos Programas de Residência Médica no Brasil;
- Revoga a Resolução CNRM nº 6, de 20 de outubro de 2010;
- Resolução CNRM nº 1/2017 - Estabelece o Calendário, a partir de 2017, para matrícula de médicos residentes no Sistema de Informação da Comissão Nacional de Residência Médica e para o ingresso nos Programas de Residência Médica, e dá outras providências;
- Revogada a resolução CNRM nº 2/2011;
- Nota Técnica nº 35 - Orientações sobre editais de processos seletivos para Programas de Residência Médica;
- Resolução CNRM 1/2016 - Dispõe sobre os requisitos mínimos do Programa de Residência Médica em Pediatria e dá outras providências;
- Resolução CNRM nº 1/2015 - Regulamenta os requisitos mínimos do Programa de Residência Médica em Medicina Geral de Família e Comunidade - R1 e R2 e dá outras providências;
- Resolução nº 4 de 29 de setembro de 2014 - Institui as Câmaras Técnicas Temáticas e o Comitê de Sistematização da Comissão Nacional de Residência Médica, e dá outras providências;



- Resolução nº 3 de 1 de agosto de 2014 - Prorroga o prazo para solicitação de credenciamento dos Programas de Residência Médica;

- Resolução nº 2 de 10 de junho de 2014 - Prorroga o prazo para solicitação de credenciamento dos Programas de Residência Médica;

- Resolução nº 1 de 2 de janeiro de 2014 - Altera a Resolução nº 3, de 16 de setembro de 2011, da Comissão Nacional de Residência Médica, acerca do processo de seleção pública dos candidatos aos Programas de Residência Médica;

- Revogada pela Resolução CNRM nº 2, de 27/8/2015;

- Resolução nº 1 de 3 de julho de 2013 - Altera a Resolução CNRM nº1, de 16 de junho de 2011, republicada no Diário Oficial da União nº 183, seção I, Página 638, de 22 de setembro de 2011. Altera o Art. 1º § 2º da Resolução CNRM nº 1/2011;

- Resolução nº 2 de 3 de julho de 2013 - Dispõe sobre a estrutura, organização e funcionamento das Comissões de Residência Médica das instituições de saúde que oferecem programas de Residência Médica e dá outras providências;

- Resolução CNRM nº 1, de 16 de junho de 2011 - Dispõe sobre o estabelecimento e condições de descanso obrigatório para o residente que tenha cumprido plantão noturno;

- Resolução CNRM nº 2, de 1º de setembro de 2011 - Dispõe sobre a data de início dos Programas de Residência Médica em território nacional, a partir do ano de 2012, e dá outras providências;

- Revogada pela resolução CNRM nº 1/2017;

- Resolução CNRM nº 3, de 16 de setembro de 2011 - Dispõe sobre o processo de seleção pública dos candidatos aos Programas de Residência Médica;

- Revogada pela Resolução CNRM nº 2, de 27 de agosto de 2015;

- Resolução CNRM nº 4, de 30 de setembro de 2011 - Dispõe sobre a reserva de vaga para residente médico que presta Serviço Militar;

- Resolução CNRM nº 1, de 08 de abril de 2010 - Dispõe sobre a duração, conteúdo programático e as condições para oferta do ano adicional de capacitação em transplantes;

- Resolução nº 4, de 12 de julho de 2010 - Proíbe plantão de sobre aviso para Médicos Residentes;

- Resolução nº 05, de 20 de julho de 2010 - Dispõe sobre a não ocorrência de provas de seleção para os Programas de Residência Médica no mesmo dia do Exame Nacional de Avaliação de Desempenho do Estudante (ENADE);

- Resolução CNRM nº 6, de 20 de outubro de 2010 - Dispõe sobre a transferência de médicos residentes. Revogada pela Resolução CNRM nº 1, de 3 de janeiro de 2018;

- Resolução CNRM nº 7, de 20 de outubro de 2010 - Dispõe sobre a isenção de cobrança de taxa de inscrição para participação em processo seletivo público para ingresso em Programa de Residência Médica ao candidato que declarar-se impossibilitado de arcar com a taxa de inscrição, e comprovar renda familiar mensal igual ou inferior a três salários mínimos ou renda individual igual ou inferior a dois salários mínimos;

- Resolução nº 4, de 23 de outubro de 2007 - Dispõe sobre os critérios para confecção e publicação de edital para processo seletivo de Residência Médica;

- Transferência de médicos residentes. Resolução revogada pela Resolução Nº 06/2010 - Transferência de médicos residentes;

- Resolução CNRM nº 2, de 20 de agosto de 2007 - Duração e conteúdo programático da Residência Médica em Cirurgia de Mão;

- Resolução CNRM nº 1, de 31 de julho de 2007 - Duração e conteúdo programático da Residência Médica em Cancerologia Clínica;

- Resolução CNRM nº 9, de 18 de outubro de 2006 - Duração e conteúdo programático da área de atuação em Medicina Intensiva e Pediátrica;

- Resolução CNRM nº 8, de 30 de outubro de 2006 - Pré-requisitos para o Programa de Residência Médica em Endoscopia;

- Resolução CNRM nº 7, de 5 de setembro de 2006 - Duração e conteúdo programático do Programa de residência médica em Cancerologia/Cirúrgica;

- Resolução CNRM nº 6, de 5 de setembro de 2006 - Avaliação dos programas de residência médica;

- Resolução CNRM nº 4, de 15 de setembro de 2006 - Cancelamento de Programa de Residência Médica pela não-matricula de médicos residentes - Com retificação do art. 1º publicado no DOU de 23 de outubro de 2006;

- Resolução CNRM nº 2, de 17 de maio de 2006 - Carga horária mínima de Programa de Residência Médica;

- Resolução CNRM nº 1, de 3 de janeiro de 2006 - Comissões Estaduais - CEREM - Criação, estrutura e competência;

- Resolução CNRM nº 8, de 7 de julho de 2005 - Normas para revalidação de certificados de Programas de residência Médica expedidos por instituições estrangeiras;

- Resolução CNRM nº 7, de 7 de julho de 2005 - Registro dos certificados de anos opcionais dos Programas de Residência Médica;

- Resolução CNRM nº 6, de 7 de julho de 2005 - Curso Livre com metodologia de ensino a distância para aperfeiçoamento teórico de médicos residentes;

- Resolução CNRM nº 5, de 7 de julho de 2005 - Estágio voluntário para residentes, como estágio optativo, em localidades de fronteira e/ou difícil acesso no país, onde haja organizações militares de saúde ou unidades civis;

- Resolução CNRM nº 4, de 7 de julho de 2005 - Intercâmbio interinstitucional para criação e aprimoramento de Programas de Residência Médica em regiões carentes;

- Resolução CNRM nº 2, de 07 de julho de 2005 - Dispõe sobre a estrutura, organização e funcionamento da Comissão Nacional de Residência Médica;

- Resolução CNRM nº 1, de 11 de janeiro de 2005 - Revogada pela Resolução CNRM nº 4/2011 de 30/09/2011;

- Resolução CNRM nº 8, de 05 de agosto de 2004 - Revogada pela Resolução CNRM nº 3 de 16/9/2011;

- Resolução CNRM nº 5, de dezembro de 2003 - Registro dos certificados de Programas de Residência Médica;

- Resolução CNRM nº 3/2002 - Revogada pela Resolução CNRM 2/2011 de 01/09/2011;

- Resolução 3/2001, de 1 de setembro de 2001 - Impossibilidade de realização de Processo Seletivo com programas em diligência;

- Resolução CNRM nº 2, de 1 de setembro de 2001 - Registro de Certificados de Programas de Residência Médica em exigência e diligência;

- Resolução Nº 2, de 27 de dezembro de 2017 - Dispõe sobre a transferência dos profissionais residentes de Programas de Residência em Área Profissional da Saúde no Brasil", no Portal do MEC em "Legislação Específica;

- Resolução Nº 1, de 27 de dezembro de 2017 - Dispõe sobre o número de Programas da Residência em Área Profissional da Saúde, nas modalidades multiprofissional e uniprofissional, cursados por egressos de programas;

- Resolução CNRMS nº 1 de 21 de julho de 2015 - Dispõe sobre a organização, o funcionamento e as atribuições da Comissão de Residência Multiprofissional (COREMU) das instituições que ofertam programas de residência em área profissional da saúde na modalidade multiprofissional e uniprofissional (Revogou Resolução CNRMS nº 2, de 4 de maio de 2010);

- Retificação da Resolução CNRMS nº 7, de 13 de novembro de 2014 - RETIFICA a Resolução CNRMS nº 7, de 13 de novembro de 2014;

- Resolução CNRMS nº 7, de 13 de novembro de 2014 - Regulamenta os processos de avaliação, supervisão e regulação de programas de Residência em Área Profissional da Saúde;

- Resolução CNRMS nº 5, de 7 de novembro de 2014 - Dispõe sobre a duração e a carga horária dos Programas de Residência em Área Profissional da Saúde nas modalidades multiprofissional e uniprofissional e sobre a avaliação e frequência dos profissionais de saúde residentes (VIGENTE - revoga a Resolução CNRMS nº 03, de 04 de maio de 2010 - pg 1 e 2);

- Resolução CNRMS nº 6, de 7 de novembro de 2014 - Dá nova redação ao artigo 3º e 8º da Resolução CNRMS nº 1, de 6 de fevereiro de 2013 que institui o banco de avaliadores da Comissão Nacional de Residência Multiprofissional em Saúde - CNRMS e dá outras providências (VIGENTE - alterou Resolução CNRMS nº 1, de 6 de fevereiro de 2013);

- Resolução AD REFERENDUM nº 4, de 30 de agosto de 2013 - Nomeia avaliadores para composição do Banco de Avaliadores da Comissão Nacional de Residência Multiprofissional em Saúde;

- Resolução CNRMS nº 3, de 20 de junho de 2013 - Dá nova redação ao artigo 3º da Resolução CNRMS nº 1, de 6 de fevereiro de 2013, que institui o banco de avaliadores da Comissão Nacional de Residência Multiprofissional em Saúde - CNRMS e dá outras providências;

- Resolução CNRMS nº 1, de 6 de fevereiro de 2013 - Institui o banco de avaliadores da Comissão Nacional de Residência Multiprofissional em Saúde - CNRMS e dá outras providências (VIGENTE - alterada pela Resolução CNRMS nº 3, de 20 de junho de 2013 e Resolução CNRMS nº 6, de 7 de novembro de 2014);

- Resolução CNRMS nº 5, de 23 de novembro de 2012 - Institui o Sistema de Informação da Comissão Nacional de Residência Multiprofissional em Saúde - SisCNRMS;

- Resolução CNRMS nº 4, de 17 de outubro de 2012 - Nomeia os integrantes das Câmaras Técnicas - CT da Comissão Nacional de Residência Multiprofissional em Saúde - CNRMS;

- Resolução da CNRMS nº 3, de 16 de abril de 2012 - Dispõe sobre a data de início dos Programas de Residência Multiprofissional e em Área Profissional da Saúde, preenchimentos de vagas e desistências;

- Resolução CNRMS nº 2, de 13 de abril de 2012 - pag 24 e 25 - Dispõe sobre Diretrizes Gerais para os Programas de Residência Multiprofissional e em Área Profissional de Saúde;

- Resolução CNRMS nº 1, de 30 de janeiro de 2012 - pag 29 e 30 - Institui as Câmaras Técnicas da Comissão Nacional de Residência Multiprofissional em Saúde e dá outras providências;

- Resolução CNRMS nº 3, de 17 de fevereiro de 2011 - Dispõe sobre licenças, trancamentos e outras ocorrências de afastamento de profissionais da saúde residentes;

- Retificação da resolução nº 3, de 4 de maio de 2010 - Retifica os artigos 6º, 7º e 8º da Resolução nº 3 da Comissão Nacional de Residência Multiprofissional em Saúde, de 4 de maio de 2010;

- Retificação da resolução nº 2, de 4 de maio de 2010 - Retifica os 5º e 6º da Resolução nº 2 da Comissão Nacional de Residência Multiprofissional em Saúde, de 4 de maio de 2010;

- Resolução CNS nº 330, de 4 de novembro de 2003 - Aplicar "NOB/RH-SUS" como Política Nacional de Gestão do Trabalho e da Educação em Saúde, no âmbito do SUS, e publicar e divulgar nacionalmente o inteiro teor do documento;

- Resolução CNS nº 335, de 27 de novembro de 2003 - Afirmar a aprovação da "Política Nacional de Formação e Desenvolvimento para o SUS: Caminhos para a Educação Permanente em Saúde" e a estratégia de "Polos ou Rodas de Educação Permanente em Saúde," como instâncias locais e interinstitucionais de gestão da Educação Permanente;

- Resolução CNS nº 287, 8 de outubro de 1998 - Relaciona 14 (quatorze) categorias profissionais de saúde de nível superior para fins de atuação no CNS;

- Resolução nº 2, de 12 de fevereiro de 2014 - Institui o cadastro nacional de oferta de cursos de pós-graduação lato sensu (especialização) das instituições credenciadas no Sistema Federal de Ensino;

- Resolução nº 7 de 8 de setembro de 2011 - Dispõe sobre a revogação das normas para o credenciamento especial de instituições não educacionais, na modalidade presencial e a distância, e dá outras providências;

- Resolução nº 1, de 8 de junho de 2007 - Estabelece normas para o funcionamento de cursos de pós-graduação lato sensu, em nível de especialização (VIGENTE - alterada pela Resolução nº 7 de 8 de setembro de 2011);

- Resolução nº 24, de 24 de maio de 2011 - Regulamenta o pagamento do Auxílio de Avaliação Educacional no âmbito do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

- Portaria normativa MEC nº 7, de 24 de março de 2017 - Dispõe sobre os procedimentos de monitoramento para o funcionamento dos cursos de graduação em Medicina em instituições de educação superior privadas, no âmbito do Programa Mais Médicos;

- Portaria Interministerial nº 1.821, de 20 de julho de 2017 - Altera a Portaria Interministerial nº 2.554/MS/MEC, de 30 de novembro de 2016, no que se refere ao representante suplente da Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde do Ministério da Saúde (SGTES/MS) e aos membros da Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação (SESu/MEC);

- Portaria MEC nº 14, de 20 de abril de 2017 - Dar publicidade a relação dos nomes dos membros, titulares e suplentes, indicados para a Comissão Executiva dos Contratos Organizativos de Ação Pública Ensino-Saúde, nos termos do art. 3º da Portaria Interministerial nº 10, de 20 de agosto de 2014;

- Portaria Normativa nº 1, de 3 de janeiro de 2017 - Estabelece prazos de validade para atos regulatórios de credenciamento e credenciamento das Instituições de Educação Superior;

- Portaria Interministerial MEC/MS nº 56, de 11 de novembro de 2017 - Nomeia os membros da CAMEM;

- Portaria Interministerial MEC/MS nº 2.554, de 30 de novembro de 2016 - Designa os representantes, titular e suplente, da Coordenação do Projeto Mais Médicos para o Brasil;

- Portaria Conjunta MEC/MS nº 31, de 5 de junho de 2015 - Dispõe sobre o Módulo de Acolhimento e Avaliação do Projeto Mais Médicos para o Brasil;

- Portaria Interministerial MS/MEC nº 285, de 24 de março de 2015 - Redefine o Programa de Certificação de Hospitais de Ensino;

- Portaria Interministerial MEC/MS nº 1.127, de 04 de agosto de 2015 - Institui as diretrizes para a celebração dos Contratos Organizativos de Ação Pública Ensino-Saúde (COAPES), para fortalecimento da integração entre ensino, serviços e comunidade no âmbito do Sistema Único de Saúde;

- Portaria MEC nº 585, de 15 de junho de 2015 - Dispõe sobre a regulamentação da Supervisão Acadêmica no âmbito do Projeto Mais Médicos para o Brasil e dá outras providências;

- Portaria nº 27, de 14 de julho de 2015 - Dispõe sobre a adesão de instituições de ensino e programas de residência ao Projeto Mais Médicos para o Brasil enquanto das instituições supervisoras;

- Portaria Normativa MEC nº 28, de 14 de julho de 2015 - Dispõe sobre a criação e organização do Grupo Especial de Supervisão para áreas de difícil cobertura de supervisão, no âmbito do Projeto Mais Médicos para o Brasil, e dá outras providências;

- Portaria Normativa MEC nº 17 de 31 de julho de 2015 - Dispõe sobre os procedimentos de adesão das instituições públicas estaduais e municipais de educação superior e de saúde; programas de residência em Medicina de Família e Comunidade, Medicina Preventiva e Social e Clínica Médica; e de escolas de governo em saúde pública ao Programa Mais Médicos para o Brasil e dá outras providências;

- Portaria Normativa nº 16, de 25 de agosto de 2014 - Estabelece os parâmetros para a contrapartida a ser oferecida ao Sistema Único de Saúde - SUS para implantação e funcionamento de cursos de graduação em Medicina, por instituições de educação superior privada;

- Portaria Interministerial MEC/MS nº 10 de 20 de agosto de 2014 - Institui a Comissão Executiva dos Contratos Organizativos de Ação Pública Ensino-Saúde e o Comitê Nacional dos Contratos Organizativos de Ação Pública Ensino-Saúde;

- Portaria Interministerial nº 208 de 5 de junho de 2014 - Autorizar a contratação de 91 (noventa e um) professores nos termos do inciso XI do art. 2º da Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, no âmbito do Ministério da Educação, para atender demanda do Projeto Mais Médicos para o Brasil, instituído pela Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013, que visa o aperfeiçoamento de médicos na área de atenção básica em saúde em regiões prioritárias para o Sistema Único de Saúde - SUS, mediante integração ensino-serviço;

- Portaria Interministerial MEC/MS nº 216 de 12 de fevereiro de 2014 - Altera e acresce dispositivos à Portaria Interministerial nº 1.369/MS/MEC, de 8 de julho de 2013, que dispõe sobre a implantação do Projeto Mais Médicos para o Brasil;



- Portaria Conjunta MEC/MS nº 2 de 24 de janeiro de 2014 - Dispõe sobre a equivalência dos termos Medicina de Família e Comunidade e Medicina Geral de Família e Comunidade no âmbito das atividades de formação em saúde e institui Grupo de Estudos voltado ao tema;

- Portaria Conjunta MEC/MS nº 1 de 21 de janeiro de 2014 - Dispõe sobre o Módulo de Acolhimento e Avaliação de Médicos Intercambistas nas ações educacionais e de aperfeiçoamento desenvolvidas no âmbito do Projeto Mais Médicos para o Brasil (Revogada pela Portaria Conjunta MEC/MS nº 31, de 5 de junho de 2015);

- Portaria Normativa nº 2, de 1º de fevereiro de 2013 - Estabelece os procedimentos e o padrão decisório para os pedidos de autorização dos cursos de graduação em medicina ofertados por Instituições de Educação Superior - IES integrantes do Sistema Federal de Ensino, protocolados no Ministério da Educação até o dia 31 de janeiro de 2013;

- Portaria Interministerial MEC/MS Nº 1.369, de 8 de julho de 2013 - Dispõe sobre a implementação do Projeto Mais Médicos para o Brasil;

- Portaria Normativa MEC nº 15, de 22 de julho de 2013 - Institui a Política Nacional de Expansão das Escolas Médicas;

- Portaria Normativa MEC nº 13 de 9 de julho de 2012 - Estabelece os procedimentos para pré-seleção de município para a autorização de funcionamento de curso de medicina por instituição de educação superior privada, precedida de chamamento público, e para a celebração de termo de adesão ao chamamento público pelos gestores locais do SUS, a serem observados pela Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior - SERES;

- Portaria Interministerial MEC/MS nº 3.320 de 27 de dezembro de 2013 - Acresce parágrafo único ao art. 3º da Portaria Interministerial nº 2.891/MS/MEC, de 27 de novembro de 2013, que altera e acresce dispositivos à Portaria Interministerial nº 1.369/MS/MEC, de 8 de julho de 2013, que dispõe sobre a implantação do Projeto Mais Médicos para o Brasil;

- Portaria Interministerial nº 2.891 de 27 de novembro de 2013 - Altera e acresce dispositivos à Portaria Interministerial nº 1.369/MS/MEC, de 8 de julho de 2013, que dispõe sobre a implantação do Projeto Mais Médicos para o Brasil;

- Portaria MS nº 2.921, de 28 de novembro de 2013 - Dispõe sobre a constituição das Comissões Estaduais e Distrital do Projeto Mais Médicos para o Brasil e institui incentivo financeiro de custeio para a manutenção e execução de suas atividades para os próximos 12 meses a contar da data de repasse do incentivo financeiro pelo Fundo Nacional de Saúde;

- Portaria Normativa MEC nº 14 de 9 de julho de 2013 - Dispõe sobre os procedimentos de adesão das instituições federais de educação superior ao Projeto Mais Médicos para o Brasil e dá outras providências;

- Portaria MS nº 2.488, de 21 de outubro de 2011 - Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes e normas para a organização da atenção básica, para a Estratégia Saúde da Família (ESF) e o Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS);

- Portaria MS nº 4.279, de 30 de dezembro de 2010 - Estabelece diretrizes para a organização da Rede de Atenção à Saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS);

- Portaria MS nº 1996, de 20 de agosto de 2007 - Dispõe sobre as diretrizes para a implementação da Política Nacional de Educação Permanente em Saúde;

- Resolução CNE/CES nº 3, de 20 de junho de 2014 - Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Medicina e dá outras providências;

- Resolução nº 1, de 12 de fevereiro de 2014 - Dispõe sobre a aplicação de penalidades no caso de ausência injustificada das atividades do Projeto Mais Médicos para o Brasil.

Instituto Benjamin Constant - IBC

- Portaria nº 310, de 3 de abril de 2018 - Altera o Regimento Interno do Instituto Benjamin Constant - IBC, aprovado pela Portaria nº 325, de 17 de abril de 1998.

Instituto Nacional de Educação de Surdos - Ines

- Portaria nº 323, de 8 de abril de 2019 - Aprova o Regimento Interno do Instituto Nacional de Educação de Surdos.

Câmara de Educação Superior (CES)

- Resolução nº 1, de 19 de agosto de 1996 - Fixa condições para que os estabelecimentos isolados de ensino superior vinculados ao sistema federal de ensino, de acordo com a demanda e as necessidades locais e regionais, possam aumentar ou reduzir em até 25% o número de vagas iniciais de seus cursos.

- Resolução nº 2, de 19 de agosto de 1996 - Fixa normas para autorização de cursos presenciais de pós-graduação lato sensu fora de sede, para qualificação do corpo docente, e dá outras providências.

- Resolução nº 1, de 26 de Fevereiro de 1997 - Fixa condições para validade de diplomas de cursos de graduação e de pós-graduação em níveis de mestrado e doutorado, oferecidos por instituições estrangeiras, no Brasil, nas modalidades semi-presenciais ou à distância.

- Resolução nº 2, de 13 de agosto de 1997 - Fixa prazo para adaptação dos estatutos e regimentos das instituições de ensino superior do sistema federal de ensino à Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

- Resolução nº 3, de 13 de agosto de 1997 - Dispõe sobre o registro de diplomas nos dois primeiros anos de vigência da Lei 9.394/96.

- Resolução nº 4, de 13 de agosto de 1997 - Altera a redação do artigo 5º da Resolução 12/83 do Conselho Federal de Educação.

- Resolução nº 5, de 13 de agosto de 1997 - Dispõe sobre a autorização para o prosseguimento das atividades dos cursos na área de saúde, criados e implantados por universidades credenciadas, no período compreendido entre a data da vigência da Lei 9.394, de 20/12/96, e do Decreto 2.207, de 15/4/97.

- Resolução nº 1, de 7 de abril de 1998 - Prorroga o prazo para adaptação à Lei 9.394/96 dos Estatutos das Universidades e Centros Universitários credenciados em 1996 e 1997.

- Resolução nº 2, de 7 de abril de 1998 - Estabelece indicadores para comprovar a produção intelectual institucionalizada, para fins de credenciamento, nos termos do Art. 46 do Art. 52, inciso I, da Lei 9.394/96 de 20 de dezembro de 1996.

- Resolução nº 3, de 20 de julho de 1998 - Dispõe sobre a alteração de turnos de funcionamento de cursos das instituições de educação superior não-universitárias.

- Resolução nº 4, de 14 de agosto de 1998 - Prorroga prazo para adaptação dos estatutos e regimentos das instituições de ensino superior do sistema federal de ensino à Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

- Resolução nº 1, de 27 de janeiro de 1999 - Dispõe sobre os cursos sequenciais de educação superior, nos termos do art. 44 da Lei 9.394/96.

- Resolução nº 2, de 19 de maio de 1999 - Dispõe sobre a planificação de licenciaturas curtas por faculdades e faculdades integradas do sistema federal de ensino.

- Resolução nº 3, de 5 de outubro de 1999 - Fixa condições de validade dos certificados de cursos presenciais de especialização.

- Resolução CNE/CES nº 1, de 3 de abril de 2001 - Estabelece normas para o funcionamento de cursos de pós-graduação.

- Resolução CNE/CES nº 2, de 3 de abril de 2001 - Dispõe sobre os cursos de pós-graduação stricto sensu oferecidos no Brasil por instituições estrangeiras, diretamente ou mediante convênio com instituições nacionais.

- Resolução CNE/CES nº 3, de 7 de novembro de 2001 - Institui Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Enfermagem.

- Resolução CNE/CES nº 4, de 7 de novembro de 2001 - Institui Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Medicina.

- Resolução CNE/CES nº 5, de 7 de novembro de 2001 - Institui Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Nutrição.

- Resolução CNE/CES nº 1, de 28 de janeiro de 2002 Estabelece normas para a revalidação de diplomas de graduação expedidos por estabelecimentos estrangeiros de ensino superior.

- Resolução CNE/CES nº 2, de 19 de fevereiro de 2002 - Institui Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Farmácia.

- Resolução CNE/CES nº 3, de 19 de fevereiro de 2002 - Institui Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Odontologia.

- Resolução CNE/CES nº 4, de 19 de fevereiro de 2002 - Institui Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Fisioterapia.

- Resolução CNE/CES nº 5, de 19 de fevereiro de 2002 - Institui Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Fonoaudiologia.

- Resolução CNE/CES nº 6, de 19 de fevereiro de 2002 - Institui Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Terapia Ocupacional.

- Resolução CNE/CES nº 7, de 11 de março de 2002 - Estabelece as Diretrizes Curriculares para os cursos de Ciências Biológicas.

- Resolução CNE/CES nº 8, de 11 de março de 2002 - Estabelece as Diretrizes Curriculares para os cursos de Bacharelado e Licenciatura em Química.

- Resolução CNE/CES nº 9, de 11 de março de 2002 - Estabelece as Diretrizes Curriculares para os cursos de Bacharelado e Licenciatura em Física.

- Resolução CNE/CES nº 10, de 11 de março de 2002 - Dispõe sobre o credenciamento, transferência de manutenção, estatutos e regimentos de instituições de ensino superior, autorização de cursos de graduação, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos superiores, normas e critérios para supervisão do ensino superior do Sistema Federal de Educação Superior.

- Resolução CNE/CES nº 11, de 11 de março de 2002 - Institui Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Engenharia.

- Resolução CNE/CES nº 12, de 13 de março de 2002 - Estabelece as Diretrizes Curriculares para os cursos de Filosofia.

- Resolução CNE/CES nº 13, de 13 de março de 2002 - Estabelece as Diretrizes Curriculares para os cursos de História.

- Resolução CNE/CES nº 14, de 13 de março de 2002 - Estabelece as Diretrizes Curriculares para os cursos de Geografia.

- Resolução CNE/CES nº 15, de 13 de março de 2002 - Estabelece as Diretrizes Curriculares para os cursos de Serviço Social.

- Resolução CNE/CES nº 16, de 13 de março de 2002 - Estabelece as Diretrizes Curriculares para a área de Comunicação Social e suas habilitações.

- Resolução CNE/CES nº 17, de 13 de março de 2002 - Estabelece as Diretrizes Curriculares para os cursos de Ciências Sociais - Antropologia, Ciência Política e Sociologia.

- Resolução CNE/CES nº 18, de 13 de março de 2002 - Estabelece as Diretrizes Curriculares para os cursos de Letras.

- Resolução CNE/CES nº 19, de 13 de março de 2002 - Estabelece as Diretrizes Curriculares para os cursos de Biblioteconomia.

- Resolução CNE/CES nº 20, de 13 de março de 2002 - Estabelece as Diretrizes Curriculares para os cursos de Arquivologia.

- Resolução CNE/CES nº 21, de 13 de março de 2002 - Estabelece as Diretrizes Curriculares para os cursos de Museologia.

- Resolução CNE/CES nº 22, de 5 de novembro de 2002 - Altera a redação dos arts. 2º, parágrafo único, 9º, parágrafo único, 16, parágrafo único, e 24 e demais dispositivos da Resolução CNE/CES 10, de 11 de março de 2002.

- Resolução CNE/CES nº 23, de 5 de novembro de 2002 - Dispõe sobre o credenciamento de universidades e centros universitários do sistema federal de educação superior.

- Resolução CNE/CES nº 24, de 5 de novembro de 2002 - Altera a redação do parágrafo 4º do artigo 1º e o artigo 2º, da Resolução CNE/CES 01/2001.

- Resolução CNE/CES nº 1, de 18 de fevereiro de 2003 - Institui Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação em Medicina Veterinária.

- Resolução CNE/CES nº 2, de 18 de fevereiro de 2003 - Institui Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação em Biomedicina.

- Resolução CNE/CES nº 3, de 18 de fevereiro de 2003 - Institui Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação em Matemática.

- Resolução CNE/CES nº 1, de 2 de fevereiro de 2004 - Institui Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Administração, Bacharelado, e dá outras providências.

- Resolução CNE/CES nº 2, de 8 de março de 2004 - Aprova as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Música e dá outras providências.

- Resolução CNE/CES nº 3, de 8 de março de 2004 - Aprova as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Dança e dá outras providências.

- Resolução CNE/CES nº 4, de 8 de março de 2004 - Aprova as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Teatro e dá outras providências.

- Resolução CNE/CES nº 5, de 8 de março de 2004 - Aprova as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Design, e dá outras providências.

- Resolução CNE/CES nº 6, de 10 de março de 2004 - Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Ciências Contábeis, bacharelado, e dá outras providências.

- Resolução CNE/CES nº 7, de 31 de março de 2004 - Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Educação Física, em nível superior de graduação plena.

- Resolução CNE/CES nº 8, de 7 de maio de 2004 - Institui Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Psicologia.

- Resolução CNE/CES nº 9, de 29 de setembro de 2004 - Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Direito, bacharelado, e dá outras providências.

- Resolução CNE/CES nº 10, de 16 de dezembro de 2004 - Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Ciências Contábeis, bacharelado, e dá outras providências.

- Resolução CNE/CES nº 1/2005, de 1º de fevereiro de 2005 - Estabelece normas para o apostilamento, em diplomas de cursos de graduação em Pedagogia, do direito ao exercício do magistério nos quatro anos iniciais do Ensino Fundamental.

- Resolução CNE/CES nº 2/2005, de 9 de junho de 2005 - Altera a Resolução CNE/CES nº 2, de 3 de abril de 2001, que dispõe sobre os cursos de pós-graduação stricto sensu oferecidos no Brasil por instituições estrangeiras, diretamente ou mediante convênio com instituições nacionais.

- Resolução CNE/CES nº 3/2005, de 23 de junho de 2005 - Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Secretariado Executivo e dá outras providências.

- Resolução CNE/CES nº 4/2005, de 13 de julho de 2005 - Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Administração, bacharelado, e dá outras providências.

- Resolução CNE/CES nº 1, de 2 de fevereiro de 2006 - Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Engenharia Agrônoma ou Agronomia e dá outras providências.

- Resolução CNE/CES nº 2, de 2 de fevereiro de 2006 - Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Engenharia Agrícola e dá outras providências.

- Resolução CNE/CES nº 3, de 2 de fevereiro de 2006 - Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Engenharia Florestal e dá outras providências.

- Resolução CNE/CES nº 4, de 2 de fevereiro de 2006 - Aprova as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Zootecnia e dá outras providências.

- Resolução CNE/CES nº 5, de 2 de fevereiro de 2006 - Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Engenharia de Pesca e dá outras providências.

- Resolução CNE/CES nº 6, de 2 de fevereiro de 2006 - Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo e dá outras providências.



- Resolução CNE/CES nº 7, de 29 de março de 2006 - Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Ciências Econômicas, bacharelado, e dá outras providências.

- Resolução CNE/CES nº 8, de 29 de março de 2006 - Altera a Resolução CNE/CES nº 1, de 1º de fevereiro de 2005, que estabelece normas para o apostilamento, no diploma do curso de Pedagogia, do direito ao exercício do magistério nos anos iniciais do Ensino Fundamental.

- Resolução CNE/CES nº 9, de 14 de junho de 2006 - Dispõe sobre a delegação de competência da Câmara de Educação Superior ao Secretário de Educação Superior e ao Secretário de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação para os atos e nas condições que especifica.

- Resolução CNE/CES nº 10, de 27 de junho de 2006 - Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação de Cinema e Audiovisual e dá outras providências.

- Resolução CNE/CES nº 11, de 10 de julho de 2006 - Revogação de atos normativos no âmbito da Câmara de Educação Superior do CNE.

- Resolução CNE/CES nº 12, de 18 de julho de 2006 - Altera o prazo previsto no art. 3º da Resolução CNE/CES nº 2, de 9 de junho de 2005, que dispõe sobre os cursos de pós-graduação stricto sensu oferecidos no Brasil por instituições estrangeiras, diretamente ou mediante convênio com instituições nacionais.

- Resolução CNE/CES nº 13, de 24 de novembro de 2006 - Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Turismo e dá outras providências.

- Resolução CNE/CES nº 14, de 19 de dezembro de 2006 - Prorrogação de prazo de delegação de competência para a prática de atos de regulação compreendidos no Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, previsto na Resolução CNE/CES nº 9, de 14 de junho de 2006.

- Resolução CNE/CES nº 1, de 2 de fevereiro de 2006 - Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Engenharia Agrônoma ou Agronomia e dá outras providências.

- Resolução CNE/CES nº 2, de 2 de fevereiro de 2006 - Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Engenharia Agrícola e dá outras providências.

- Resolução CNE/CES nº 3, de 2 de fevereiro de 2006 - Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Engenharia Florestal e dá outras providências.

- Resolução CNE/CES nº 4, de 2 de fevereiro de 2006 - Aprova as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Zootecnia e dá outras providências.

- Resolução CNE/CES nº 5, de 2 de fevereiro de 2006 - Institui as Diretrizes Curriculares para o curso de graduação em Engenharia de Pesca e dá outras providências.

- Resolução CNE/CES nº 6, de 2 de fevereiro de 2006 - Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo e dá outras providências.

- Resolução CNE/CES nº 7, de 29 de março de 2006 - Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Ciências Econômicas, bacharelado, e dá outras providências.

- Resolução CNE/CES nº 8, de 29 de março de 2006 - Altera a Resolução CNE/CES nº 1, de 1º de fevereiro de 2005, que estabelece normas para o apostilamento, no diploma do curso de Pedagogia, do direito ao exercício do magistério nos anos iniciais do Ensino Fundamental.

- Resolução CNE/CES nº 9, de 14 de junho de 2006 - Dispõe sobre a delegação de competência da Câmara de Educação Superior ao Secretário de Educação Superior e ao Secretário de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação para os atos e nas condições que especifica.

- Resolução CNE/CES nº 10, de 27 de junho de 2006 - Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação de Cinema e Audiovisual e dá outras providências.

- Resolução CNE/CES nº 11, de 10 de julho de 2006 - Revogação de atos normativos no âmbito da Câmara de Educação Superior do CNE.

- Resolução CNE/CES nº 12, de 18 de julho de 2006 - Altera o prazo previsto no art. 3º da Resolução CNE/CES nº 2, de 9 de junho de 2005, que dispõe sobre os cursos de pós-graduação stricto sensu oferecidos no Brasil por instituições estrangeiras, diretamente ou mediante convênio com instituições nacionais.

- Resolução CNE/CES nº 13, de 24 de novembro de 2006 - Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Turismo e dá outras providências.

- Resolução CNE/CES nº 14, de 19 de dezembro de 2006 - Prorrogação de prazo de delegação de competência para a prática de atos de regulação compreendidos no Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, previsto na Resolução CNE/CES nº 9, de 14 de junho de 2006.

- Resolução CNE/CES nº 1, de 8 de junho de 2007 - Estabelece normas para o funcionamento de cursos de pós-graduação lato sensu, em nível de especialização.

- Resolução CNE/CES nº 2, de 18 de junho de 2007 - Dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial.

- Resolução CNE/CES nº 3, de 2 de julho de 2007 - Dispõe sobre procedimentos a serem adotados quanto ao conceito de hora-aula, e dá outras providências.

- Resolução CNE/CES nº 4, de 13 de julho de 2007 - Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Ciências Econômicas, bacharelado, e dá outras providências.

- Resolução CNE/CES nº 5, de 4 de setembro de 2007 - Altera o prazo previsto no art. 3º da Resolução CNE/CES nº 2, de 9 de junho de 2005, que dispõe sobre os cursos de pós-graduação stricto sensu oferecidos no Brasil por instituições estrangeiras, diretamente ou mediante convênio com instituições nacionais.

- Resolução CNE/CES nº 6, de 4 de setembro de 2007 - Dispõe sobre a delegação de competência da Câmara de Educação Superior ao Secretário de Educação Superior e ao Secretário de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação para os atos e nas condições que especifica.

- Resolução CNE/CES nº 7, de 4 de outubro de 2007 - Altera o § 3º do art. 10 da Resolução CNE/CES nº 7/2004, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Educação Física, em nível superior de graduação plena.

- Resolução CNE/CES nº 8, de 4 de outubro de 2007 - Altera o art. 4º e revoga o art. 10 da Resolução CNE/CES nº 1/2002, que estabelece normas para a revalidação de diplomas de graduação expedidos por estabelecimentos estrangeiros de ensino superior.

- Resolução CNE/CES nº 9, de 4 de outubro de 2007 - Estabelece normas para o apostilamento, em diplomas de cursos de graduação em Pedagogia, do direito ao exercício do magistério da Educação Infantil.

- Resolução CNE/CES nº 10, de 4 de outubro de 2007 - Dispõe sobre normas e procedimentos para o credenciamento e o reconhecimento de Centros Universitários.

- Resolução CNE/CES nº 11, de 4 de dezembro de 2007 - Prorrogação de prazo de delegação de competência para a prática de atos de regulação compreendidos no § 4º do art. 10 do Decreto nº 5.773/2006, previstos na Resolução CNE/CES nº 6, de 4 de setembro de 2007.

- Resolução CNE/CES nº 12, de 13 de dezembro de 2007 - Dispõe sobre o registro de diplomas expedidos por instituições não-universitárias.

- Resolução CNE/CES nº 13, de 20 de dezembro de 2007 - Prorrogação de prazo de delegação de competência para a prática de atos de regulação compreendidos no Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, previstos na Resolução CNE/CES nº 9, de 14 de junho de 2006, prorrogada pela Resolução CNE/CES nº 14, de 19 de dezembro de 2006.

- Resolução CNE/CES nº 1, de 22 de abril de 2008 - Dispõe sobre o registro de diplomas de cursos de pós-graduação stricto sensu (mestrado e doutorado) expedidos por instituições não detentoras de prerrogativas de autonomia universitária.

- Resolução CNE/CES nº 2, de 26 de junho de 2008 - Alteração da Resolução CNE/CES nº 9, de 4 de outubro de 2007, que estabelece normas para o apostilamento, em diplomas de cursos de graduação em Pedagogia, do direito ao exercício do magistério da Educação Infantil.

- Resolução CNE/CES nº 3, de 3 de julho de 2008 - Prorrogação do prazo de delegação de competência para a prática de atos de regulação compreendidos no § 4º do art. 10 do Decreto nº 5.773/2006, previstos na Resolução CNE/CES nº 6, de 4 de setembro de 2007, prorrogada pela Resolução CNE/CES nº 11, de 4 de dezembro de 2007.

- Resolução CNE/CES nº 4, de 6 de agosto de 2008 - Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Meteorologia, bacharelado, e dá outras providências.

- Resolução CNE/CES nº 5, de 25 de setembro de 2008 - Estabelece normas para o credenciamento especial de Instituições não Educacionais para oferta de cursos de especialização.

- Resolução CNE/CES nº 6, de 24 de novembro de 2008 - Prorrogação do prazo de delegação de competência para a prática de ato de regulação compreendido no Decreto nº 5.773/2006, previsto na Resolução CNE/CES nº 6, de 4 de setembro de 2007, prorrogado pela Resolução CNE/CES nº 11, de 4 de dezembro de 2007, e pela Resolução CNE/CES nº 3, de 3 de julho de 2008.

- Resolução CNE/CES nº 7, de 28 de novembro de 2008 - Dispõe sobre a utilização de denominações e siglas por Instituições de Educação Superior.

- Resolução CNE/CES nº 8, de 28 de novembro de 2008 - Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de Estatística, de graduação plena, em nível superior, e dá outras providências.

- Resolução CNE/CES nº 1, de 16 janeiro de 2009 - Aprova as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Artes Visuais e dá outras providências.

- Resolução CNE/CES nº 2, de 29 janeiro de 2009 - Alteração da Resolução CNE/CES nº 1, de 1º de fevereiro de 2005, que estabelece normas para o apostilamento, no diploma do curso de Pedagogia, do direito ao exercício do magistério nos anos iniciais do Ensino Fundamental, modificada pela Resolução CNE/CES nº 8, de 29 de março de 2006.

- Resolução CNE/CES nº 3, de 10 de fevereiro de 2009 - Delegação de competência para a prática de atos de regulação compreendidos no Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, previstos na Resolução CNE/CES nº 9, de 14 de junho de 2006, prorrogada pela Resolução CNE/CES nº 14, de 19 de dezembro de 2006, e pela Resolução CNE/CES nº 13, de 20 de dezembro de 2007.

- Resolução CNE/CES nº 4, de 6 de abril de 2009 - Dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação em Biomedicina, Ciências Biológicas, Educação Física, Enfermagem, Farmácia, Fisioterapia, Fonoaudiologia, Nutrição e Terapia Ocupacional, bacharelados, na modalidade presencial.

- Resolução CNE/CES nº 5, de 6 de agosto de 2009 - Prorrogação do prazo de delegação de competência para a prática de ato de regulação compreendido no Decreto nº 5.773/2006, previsto na Resolução CNE/CES nº 6, de 4 de setembro de 2007, prorrogado pela Resolução CNE/CES nº 11, de 4 de dezembro de 2007, pela Resolução CNE/CES nº 3, de 3 de julho de 2008, e pela Resolução CNE/CES nº 6, de 24 de novembro de 2008.

- Resolução CNE/CES nº 6, de 25 de setembro de 2009 - Altera o § 3º do art. 4º da Resolução CNE/CES nº 1, de 3 de abril de 2001, que estabelece normas para o funcionamento de cursos de pós-graduação.

- Resolução CNE/CES nº 7, de 25 de setembro de 2009 - Altera o § 2º do art. 8º da Resolução CNE/CES nº 8, de 4 de outubro de 2007, que estabelece normas para a revalidação de diplomas de graduação expedidos por estabelecimentos estrangeiros de ensino superior.

- Resolução CNE/CES nº 1, de 20 de janeiro de 2010 - Dispõe sobre normas e procedimentos para credenciamento e reconhecimento de Centros Universitários.

- Resolução CNE/CES nº 2, de 17 de junho de 2010 - Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo, alterando dispositivos da Resolução CNE/CES nº 6/2006.

- Resolução CNE/CES nº 3, de 14 de outubro de 2010 - Regulamenta o Art. 52 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e dispõe sobre normas e procedimentos para credenciamento e reconhecimento de universidades do Sistema Federal de Ensino.

- Resolução CNE/CES nº 1, de 13 de janeiro de 2011 - Delegação de competência para a prática de atos de regulação compreendidos no Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, previstos na Resolução CNE/CES nº 9, de 14 de junho de 2006, prorrogada pela Resolução CNE/CES nº 14, de 19 de dezembro de 2006, pela Resolução CNE/CES nº 13, de 20 de dezembro de 2007, e pela Resolução CNE/CES nº 3, de 10 de fevereiro de 2009.

- Resolução CNE/CES nº 2, de 13 de janeiro de 2011 - Delegação de competência para a prática de atos de regulação compreendidos no Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, previstos na Resolução CNE/CES nº 6, de 4 de setembro de 2007, prorrogada pela Resolução CNE/CES nº 11, de 4 de dezembro de 2007, pela Resolução CNE/CES nº 3, de 3 de julho de 2008, pela Resolução CNE/CES nº 6, de 24 de novembro de 2008, e pela Resolução CNE/CES nº 5, de 6 de agosto de 2009.

- Resolução CNE/CES nº 3, de 1º de fevereiro de 2011 - Dispõe sobre o reconhecimento de títulos de pós-graduação stricto sensu, mestrado e doutorado, obtidos nos Estados Partes do MERCOSUL.

- Resolução CNE/CES nº 4, de 16 de fevereiro de 2011 - Dispõe sobre normas transitórias acerca do credenciamento especial de instituições não educacionais, na modalidade presencial e a distância, e dá outras providências.

- Resolução CNE/CES nº 5, de 15 de março de 2011 - Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Psicologia, estabelecendo normas para o projeto pedagógico complementar para a Formação de Professores de Psicologia.

- Resolução CNE/CES nº 6, de 8 de julho de 2011 - Delegação de competência para a prática de atos de regulação compreendidos no Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, previstos na Resolução CNE/CES nº 9, de 14 de junho de 2006, prorrogada pela Resolução CNE/CES nº 14, de 19 de dezembro de 2006, pela Resolução CNE/CES nº 13, de 20 de dezembro de 2007, pela Resolução CNE/CES nº 3, de 10 de fevereiro de 2009, e pela Resolução CNE/CES nº 1, de 13 de janeiro de 2011, e para a prática de atos de regulação compreendidos no Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, previstos na Resolução CNE/CES nº 6, de 4 de setembro de 2007, prorrogada pela Resolução CNE/CES nº 11, de 4 de dezembro de 2007, pela Resolução CNE/CES nº 3, de 3 de julho de 2008, pela Resolução CNE/CES nº 6, de 24 de novembro de 2008, pela Resolução CNE/CES nº 5, de 6 de agosto de 2009, e pela Resolução CNE/CES nº 2, de 13 de janeiro de 2011.

- Resolução CNE/CES nº 7, de 8 de setembro de 2011 - Dispõe sobre a revogação das normas para o credenciamento especial de instituições não educacionais, na modalidade presencial e a distância, e dá outras providências.

- Resolução CNE/CES nº 1, de 27 de setembro de 2013 - Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Jornalismo, bacharelado, e dá outras providências.

- Resolução CNE/CES nº 2, de 27 de setembro de 2013 - Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Relações Públicas.

- Resolução CNE/CES nº 1, de 13 de janeiro de 2014 - Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Administração Pública, bacharelado, e dá outras providências.

- Resolução CNE/CES nº 2, de 12 de fevereiro de 2014 - Institui o cadastro nacional de oferta de cursos de pós-graduação lato sensu (especialização) das instituições credenciadas no Sistema Federal de Ensino.

- Resolução CNE/CES nº 3, de 20 de junho de 2014 - Institui Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Medicina e dá outras providências.



- Resolução CNE/CES nº 1, de 6 de janeiro de 2015 - Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação na área da Geologia, abrangendo os cursos de bacharelado em Geologia e em Engenharia Geológica e dá outras providências.

- Resolução CNE/CES nº 1, de 11 de março de 2016 - Estabelece Diretrizes e Normas Nacionais para a Oferta de Programas e Cursos de Educação Superior na Modalidade a Distância.

- Resolução CNE/CES nº 2, de 13 de maio de 2016 - Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial e Continuada em Nível Superior para Funcionários da Educação Básica.

- Resolução CNE/CES nº 3, de 22 de junho de 2016 - Dispõe sobre normas referentes à revalidação de diplomas de cursos de graduação e ao reconhecimento de diplomas de pós-graduação stricto sensu (mestrado e doutorado), expedidos por estabelecimentos estrangeiros de ensino superior.

- Resolução CNE/CES nº 4, de 16 de setembro de 2016 - Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Teologia e dá outras providências.

- Resolução CNE/CES nº 5, de 16 de novembro de 2016 - Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação na área da Computação, abrangendo os cursos de bacharelado em Ciência da Computação, em Sistemas de Informação, em Engenharia de Computação, em Engenharia de Software e de licenciatura em Computação, e dá outras providências.

- Resolução CNE/CES nº 1, de 22 de maio de 2017 - Dispõe sobre os cursos sequenciais.

- Resolução CNE/CES nº 2, de 23 de junho de 2017 - Altera a Resolução CNE/CES nº 1, de 20 de janeiro de 2010, que dispõe sobre normas e procedimentos para credenciamento e recredenciamento de Centros Universitários.

- Resolução CNE/CES nº 3, de 14 de julho de 2017 - Altera o Art. 7º da Resolução CNE/CES nº 9/2004, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Direito.

- Resolução CNE/CES nº 4, de 4 de outubro de 2017 - Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Relações Internacionais, bacharelado, e dá outras providências.

- Resolução CNE/CES nº 5, de 19 de outubro de 2017 - Altera a Resolução CNE/CES nº 3, de 14 de outubro de 2010, que dispõe sobre normas e procedimentos para credenciamento e recredenciamento de Universidades.

- Resolução CNE/CES nº 6, de 19 de outubro de 2017 - Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Farmácia e dá outras providências.

- Resolução CNE/CES nº 7, de 11 de dezembro de 2017 - Estabelece normas para o funcionamento de cursos de pós-graduação stricto sensu.

- Resolução CNE/CES nº 1, de 6 de abril de 2018 - Estabelece diretrizes e normas para a oferta dos cursos de pós-graduação lato sensu denominados cursos de especialização, no âmbito do Sistema Federal de Educação Superior, conforme prevê o Art. 39, § 3º, da Lei nº 9.394/1996, e dá outras providências.

- Resolução CNE/CES nº 2, de 12 de julho de 2018 - Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Oceanografia, bacharelado, e dá outras providências.

- Resolução CNE/CES nº 3, de 12 de julho de 2018 - Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de graduação em Ciências Aeronáuticas, bacharelado, e dá outras providências.

- Resolução CNE/CES nº 4, de 11 de dezembro de 2018 - Altera o inciso I do artigo 2º da Resolução CNE/CES nº 1, de 6 de abril de 2018, que estabelece diretrizes e normas para a oferta dos cursos de pós-graduação lato sensu denominados cursos de especialização, no âmbito do Sistema Federal de Educação Superior, conforme prevê o Art. 39, § 3º, da Lei nº 9.394/1996, e dá outras providências.

- Resolução CNE/CES nº 5, de 17 de dezembro de 2018 - Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Direito e dá outras providências.

- Resolução CNE/CES nº 6, de 18 de dezembro de 2018 - Institui Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação em Educação Física e dá outras providências.

- Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018 - Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 3.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024 e dá outras providências.

- Resolução CNE/CES nº 1, de 19 de março de 2019 - Extensão da delegação de competência para a prática de atos de regulação compreendidos no Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, previstos na Resolução CNE/CES nº 6, de 8 de julho de 2011.

- Resolução CNE/CES nº 2, de 24 de abril de 2019 - Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Engenharia.

- Resolução CNE/CES nº 3, de 15 de agosto de 2019 - Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Medicina Veterinária e dá outras providências.

Consultoria Jurídica junto ao Ministério da Educação - Conjur

- Portaria nº 1, de 23 de abril de 2019 - Convalida atos praticados pela Consultoria Jurídica Adjunta;

- Portaria nº 2, de 11 de setembro de 2019 - dispensa de aprovação as manifestações jurídicas referentes aos atos autorizativos da educação superior, em trâmite no Sistema e-MEC;

- Portaria nº 208, de 07 de março de 2018 - aprova o Regimento Interno da Consultoria Jurídica junto ao Ministério da Educação.

Secretaria de Supervisão e Regulação da Educação Superior - SERES/MEC

- Portaria nº 920, de 20 de julho de 2010 - Dispõe sobre o cadastramento das entidades beneficentes atuantes na área educacional no SISCEBAS;

- Portaria Normativa nº 26, de 05 de dezembro de 2012 - Dispõe sobre os procedimentos para oferta de bolsas e seleção de bolsistas de que trata o Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento das Instituições de Ensino Superior - Proies, instituído pela Lei nº 12.688, de 18 de julho de 2012, e dá outras providências;

- Portaria Normativa nº 06, de 17 de agosto de 2012 - Dispõe sobre o requerimento de concessão de moratória e parcelamento de dívidas tributárias federais pelas mantenedoras de instituições integrantes do sistema de ensino federal, de que trata a Lei nº 12.688, de 18 de julho de 2012;

- Portaria Normativa nº 14/2012 - Altera dispositivos das Portarias Normativas nº 1, de 22 de janeiro de 2010, nº 10, de 20 de abril de 2010, e 23, de 10 de novembro de 2011, que dispõem sobre o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES);

- Portaria nº 1.342/2012 - Aprova o Regimento Interno da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior deste Ministério, e cria no âmbito da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior, o cargo de Ouvidor;

- Portaria nº 1.006/2012 - Institui o Programa de Aperfeiçoamento dos Processos de Regulação e Supervisão da Educação Superior - PARES;

- Portaria Normativa nº 24/2013 - Regulamenta o Decreto no 8.142, de 21 de novembro de 2013, que altera o Decreto no 5.773, de 9 de maio de 2006;

- Portaria Normativa nº 19/2013 - Dá nova redação ao artigo 3º da Portaria Normativa nº 14, de 9 de julho de 2013, que dispõe sobre os procedimentos de adesão das instituições federais de educação superior ao Projeto Mais Médicos e dá outras providências;

- Portaria Normativa nº 015/2013 - Institui a Política Nacional de Expansão das Escolas Médicas das Instituições Federais de Educação Superior;

- Portaria Normativa nº 14/2013 - Dispõe sobre os procedimentos de adesão das instituições federais de educação superior ao Projeto Mais Médicos e dá outras providências;

- Portaria Normativa nº 12/2013 - Altera a Portaria Normativa MEC nº 01, de 25 de janeiro de 2013, e a Portaria Normativa MEC nº 3, de 1º de Fevereiro de 2013. Publicado no DOU EM 03/07/2013;

- Portaria Normativa nº 08/2013 - Dispõe sobre procedimentos de supervisão dos bolsistas do Programa Universidade para Todos - ProUni;

- Portaria Normativa nº 2 /2013 - Estabelece os procedimentos e o padrão decisório para os pedidos de autorização dos cursos de graduação em medicina ofertados por Instituições de Educação Superior - IES integrantes do Sistema Federal de Ensino, protocolados no Ministério da Educação até o dia 31 de janeiro de 2013;

- Portaria Normativa nº 1/2013 - Estabelece o Calendário 2013 de abertura do protocolo de ingresso de processos regulatórios no sistema e-MEC;

- Portaria nº 504, de 10 de junho de 2014 - Institui o Comitê Técnico Consultivo de Certificação de Entidades Beneficentes de Assistência Social da Educação;

- Portaria Interministerial nº 376/2014 - Dispõe sobre os procedimentos relacionados ao pagamento de prestação do parcelamento no âmbito do Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento das Instituições de Ensino Superior (PROIES), previsto nos arts. 10 e 13 da Lei nº 12.688, de 18 de julho de 2012;

- Portaria Normativa nº 7/2014 - Altera os Anexos II e IV da Portaria Normativa nº 1, de 2 de janeiro de 2014;

- Portaria Normativa nº 1/2014 - Estabelece o Calendário 2014 de abertura do protocolo de ingresso de processos regulatórios no sistema e-MEC;

- Portaria nº 1.005/2014 - Dispõe sobre a criação de unidades vinculadas e cursos superiores de tecnologia, na modalidade presencial, pelas Instituições de Educação Superior mantidas pelos Serviços Nacionais de Aprendizagem;

- Portaria nº 863/2014 - Regulamenta o procedimento para qualificação das Instituições de Educação Superior como Instituições Comunitárias de Educação Superior, nos termos da Lei nº 12.881, de 12 de novembro de 2013;

- Portaria nº 543/2014 - Divulga a relação dos municípios selecionados no âmbito do Edital nº 3, de 22/10/2013, para implantação de cursos de graduação em medicina por instituição de educação superior privada;

- Portaria nº 143/2014 - Dispõe sobre a divulgação do resultado da seleção das propostas apresentadas em atenção à chamada pública para adesão ao processo de transferência assistida de alunos do Centro Universitário da Cidade;

- Portaria nº 41/2014 - Altera a Portaria Normativa nº 18, de 1º de agosto de 2013;

- Portaria Interministerial nº 10/2014 - Institui a Comissão Executiva dos Contratos Organizativos de Ação Pública Ensino-Saúde e o Comitê Nacional dos Contratos Organizativos de Ação Pública Ensino-Saúde;

- Portaria Normativa nº 5/2015 - Estabelece os procedimentos de pré-seleção e adesão de municípios para autorização de funcionamento de curso de graduação em medicina por instituição de educação superior privada, precedida de chamamento público;

- Portaria Normativa nº 22/2016 - Dispõe sobre normas e procedimentos gerais de tramitação de processos de solicitação de revalidação de diplomas de graduação estrangeiros e ao reconhecimento de diplomas de pós-graduação stricto sensu (mestrado e doutorado), expedidos por estabelecimentos estrangeiros de ensino superior;

- Portaria Normativa nº 1.442, de 9 de dezembro de 2016 - Disciplina os procedimentos para apuração de denúncias de irregularidades praticadas pelas Instituições de Educação Superior - IES no Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes - Enade;

- Portaria Normativa nº 24, de 21 de dezembro de 2017 - retificação do item 3 da Portaria Normativa nº 24, de 21 de dezembro de 2017;

- Portaria Normativa nº 24, de 21 de dezembro de 2017 - Estabelece o Calendário Anual de abertura do protocolo de ingresso de processos regulatórios no Sistema e-MEC em 2018;

- Portaria Normativa nº 23, de 21 de dezembro de 2017 - Dispõe sobre o fluxo dos processos de credenciamento e recredenciamento de instituições de educação superior e de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos superiores, bem como seus aditamentos;

- Portaria Normativa nº 22, de 21 de dezembro de 2017 - Dispõe sobre os procedimentos de supervisão e monitoramento de instituições de educação superior e de cursos superiores de graduação e de pós-graduação lato sensu, nas modalidades presencial e a distância, integrantes do sistema federal de ensino;

- Portaria Normativa nº 21, de 21 de dezembro de 2017 - Dispõe sobre o sistema e-MEC, sistema eletrônico de fluxo de trabalho e gerenciamento de informações relativas aos processos de regulação, avaliação e supervisão da educação no sistema federal de educação, e o Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior - Cadastro e-MEC;

- Portaria Normativa nº 20, de 21 de dezembro de 2017 - Dispõe sobre os procedimentos e o padrão decisório dos processos de credenciamento, recredenciamento, autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos superiores, bem como seus aditamentos, nas modalidades presencial e a distância, das instituições de educação superior do sistema federal de ensino;

- Portaria nº 1.382, de 31 de outubro de 2017 - Aprova, em extratos, os indicadores dos Instrumentos de Avaliação Institucional Externa para os atos de credenciamento, recredenciamento e transformação de organização acadêmica nas modalidades presencial e a distância do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - Sinaes;

- Portaria Normativa nº 15, de 11 de agosto de 2017 - Dispõe sobre o processo de Certificação de Entidades Beneficentes de Assistência Social com atuação na área de educação;

- Portaria Normativa nº 11, de 20 de junho de 2017 - Estabelece normas para o credenciamento de instituições e a oferta de cursos superiores a distância, em conformidade com o Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017;

- Portaria FNDE nº 432, de 31 de maio de 2017 - Dispõe sobre o prazo para realização de aditamentos dos contratos de financiamento concedidos com recursos do Fundo de Financiamento Estudantil - Fies;

- Portaria Normativa nº 01, de 3 de janeiro de 2017 - Estabelece os prazos de validade para atos regulatórios de credenciamento e recredenciamento das Instituições de Educação Superior;

- Portaria nº 315, de 4 de abril de 2018 - Dispõe sobre os procedimentos de supervisão e monitoramento de instituições de educação superior integrantes do sistema federal de ensino e de cursos superiores de graduação e de pós-graduação lato sensu, nas modalidades presencial e a distância;

- Portaria nº 328, de 05 de abril de 2018 - Dispõe sobre a suspensão do protocolo de pedidos de aumento de vagas e de novos editais de chamamento público para autorização de cursos de graduação em Medicina e institui o Grupo de Trabalho para análise e proposição acerca da reorientação da formação médica;

- Portaria nº 329, de 05 de abril de 2018 - Dispõe sobre a autorização e o funcionamento de cursos de graduação em Medicina nos sistemas de ensino dos estados e do Distrito Federal;

- Portaria nº 330, de 05 de abril de 2018 - Dispõe sobre a emissão de diplomas em formato digital nas instituições de ensino superior pertencentes ao sistema federal de ensino;

- Portaria MEC nº 523, de 01 de junho de 2018 - Dispõe sobre as Instituições de Ensino Superior que ofertem cursos de Medicina autorizados no âmbito dos editais de chamamento público em tramitação ou concluídos, segundo o rito estabelecido no art. 3º da Lei nº 12.871, de 2013, ou ofertem cursos de Medicina pactuados no âmbito da política de expansão das universidades federais, poderão protocolizar pedidos de aumento de vagas destes cursos, uma única vez, por meio de ofício formal à Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior, que serão analisados de acordo com as regras estabelecidas nesta Portaria;

- Portaria nº 572, de 18 de junho de 2018 - Dispõe sobre os procedimentos de monitoramento para o funcionamento dos cursos de graduação em Medicina em instituições de educação superior privadas, no âmbito dos editais de chamamento público referentes ao Programa Mais Médicos;

- Portaria Normativa nº 741, de 02 agosto de 2018 - Altera a Portaria Normativa MEC nº 20, de 21 de dezembro de 2017, que dispõe sobre os procedimentos e o padrão decisório dos processos de credenciamento, recredenciamento, autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos superiores, bem como seus aditamentos, nas modalidades presencial e a distância, das instituições de educação superior do sistema federal de ensino;



- Portaria Normativa nº 742, de 2 de agosto de 2018 - Altera a Portaria Normativa nº 23, de 21 de dezembro de 2017, que dispõe sobre os fluxos dos processos de credenciamento e reconhecimentos de instituições de educação superior e de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos superiores, bem como seus aditamentos;

- Portaria Normativa nº 840, de 24 de agosto de 2018 - Dispõe sobre os procedimentos de competência do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira referentes à avaliação de instituições de educação superior, de cursos de graduação e de desempenho acadêmico de estudantes;

- Portaria MEC nº 1.095, de 25 de outubro de 2018 - Dispõe sobre a expedição e o registro de diplomas de cursos superiores de graduação no âmbito do sistema federal de ensino;

- Portaria Nº 1.186, de 12 de novembro de 2018 - Institui a Avaliação Especial da Educação Superior no âmbito do Sistema Federal de Ensino;

- Portaria MEC nº 1.302, de 04 de dezembro de 2018 - Altera a Portaria MEC nº 328, de 5 de abril de 2018;

- Portaria Normativa nº 20, de 21 de dezembro de 2017 - Republicada em 03 de setembro de 2018 para consolidação do texto normativo publicado no Diário Oficial da União nº 245 de 22 de dezembro de 2017, Seção 1, páginas 25 a 29 - Dispõe sobre os procedimentos e o padrão decisório dos processos de credenciamento, reconhecimentos, autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos superiores, bem como seus aditamentos, nas modalidades presencial e a distância, das instituições de educação superior do sistema federal de ensino;

- Portaria Normativa nº 23, de 21 de dezembro de 2017 - Republicada em 03 de setembro de 2018 para consolidação do texto normativo publicado no Diário Oficial da União nº 245 de 22 de dezembro de 2017, Seção 1, páginas 35 a 40 - Dispõe sobre os fluxos dos processos de credenciamento e reconhecimentos de instituições de educação superior e de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos superiores, bem como seus aditamentos. (Redação dada pela Portaria Normativa nº 742, de 3 de agosto de 2018);

- Portaria nº 1.421, de 28 de dezembro de 2018 - Estabelece o calendário anual de abertura do protocolo de ingresso de processos regulatórios no Sistema e-MEC em 2019;

- Portaria nº 1.428, de 28 de dezembro de 2018 - Dispõe sobre a oferta, por Instituições de Educação Superior - IES, de disciplinas na modalidade a distância em cursos de graduação presencial;

- Portaria MEC nº 554, de 11 de março de 2019 - Dispõe sobre a emissão e o registro de diploma de graduação, por meio digital, pelas Instituições de Ensino Superior - IES pertencentes ao Sistema Federal de Ensino;

- Portaria MEC nº 30, de 31 de janeiro de 2019 - Altera a Portaria nº 12, de 11 de janeiro de 2019, que estabelece o calendário anual de abertura do protocolo de ingresso de processos regulatórios no Sistema e-MEC em 2019;

- Portaria MEC nº 21, de 11 de janeiro de 2019 - Dispõe sobre o sistema e-MEC, sistema eletrônico de fluxo de trabalho e gerenciamento de informações relativas aos processos de regulação, avaliação e supervisão da educação superior no sistema federal de educação, e o Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior Cadastro e-MEC;

- Portaria MEC nº 12, de 11 de janeiro de 2019 - Altera a Portaria nº 1.421, de 28 de dezembro de 2018, que estabelece o calendário anual de abertura do protocolo de ingresso de processos regulatórios no Sistema e-MEC em 20;

- Resolução/CNE/CES nº 03, de 14 de outubro de 2010 - Regulamenta o Art. 52 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e dispõe sobre normas e procedimentos para credenciamento e reconhecimentos de universidades do Sistema Federal de Ensino;

- Resolução/CNE/CES nº 01, de 20 de janeiro de 2010 - Dispõe sobre normas e procedimentos para credenciamento e reconhecimentos de Centros Universitários;

- Resolução/CD/FNDE nº 24, de 24 de maio de 2011 - Regulamenta o pagamento do Auxílio de Avaliação Educacional no âmbito do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE);

- Resolução nº 4/2013 - O Presidente do Conselho Consultivo do Programa de Aperfeiçoamento dos Processos de Regulação e Supervisão da Educação Superior - CC - PARES, órgão colegiado de assessoramento da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior, no uso da atribuição que lhe confere o art. 16, inciso VIII, do Regimento Interno do referido Conselho, aprovado pela Portaria nº 382, de 7 de maio de 2013, do Ministério da Educação, resolve instituir câmaras consultivas temáticas;

- Resolução nº 02/2014 - Institui o cadastro nacional de oferta de cursos de pós-graduação lato sensu (especialização) das instituições credenciadas no Sistema Federal de Ensino;

- Resolução/CNE/CP nº 02, de 02 de julho de 2015 - Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada;

- Resolução/CNE/CES nº 03, de 22 de junho de 2016 - Dispõe sobre normas referentes à revalidação de diplomas de cursos de graduação e ao reconhecimento de diplomas de pós-graduação stricto sensu (mestrado e doutorado), expedidos por estabelecimentos estrangeiros de ensino superior;

- Resolução/CNE/CES nº 01, de 06 de abril de 2018 - Estabelece diretrizes e normas para a oferta dos cursos de pós-graduação lato sensu denominados cursos de especialização, no âmbito do Sistema Federal de Educação Superior, conforme prevê o Art. 39, § 3º, da Lei nº 9.394/1996, e dá outras providências;

- Resolução/CNE/CES nº 01, de 19 de março de 2019 - Extensão da delegação de competência para a prática de atos de regulação compreendidos no Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, previstos na Resolução CNE/CES nº 6, de 8 de julho de 2011.

- Instrução Normativa nº 2/2013 - Estabelece procedimentos para apresentação, recebimento, análise, aprovação, execução e supervisão de celebração de Termo de Ajuste de Gratuidade a ser firmado entre o Ministério da Educação e as entidades beneficiárias de assistência social da área de educação que tiverem seus pedidos de renovação e ou concessão de certificados indeferidos unicamente por não terem cumprido o percentual de gratuidade ou o número mínimo de bolsas de estudo previsto nos arts. 13, 13-A e 13-B da Lei no 12.101, de 27 de novembro de 2009, e suas alterações, conforme art. 17 da referida Lei;

- Instrução Normativa nº 4/2014 - Dispõe sobre a alteração do prazo para cadastro dos cursos de pós-graduação lato sensu no sistema e-MEC pelas Instituições de Ensino Superior, conforme estabelecido na Instrução Normativa nº 1, de 16 de maio de 2014, da Secretaria de regulação e Supervisão da Educação Superior do Ministério da Educação - SERES/MEC;

- Instrução Normativa nº 1/2014 - Estabelece prazo para o cumprimento da Resolução nº 2, de 12 de fevereiro de 2014, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação - CNE/CNE;

- Instrução Normativa nº 1/2015 - Estabelece os procedimentos para o cumprimento da Instrução Normativa nº 1, de 16 de maio de 2014, da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior do Ministério da Educação;

- Instrução Normativa nº 1/2017 - Estabelece os procedimentos e o padrão decisório para os pedidos de autorização dos cursos de graduação em direito ofertados por Instituições de Educação Superior - IES integrantes do Sistema Federal de Ensino, na modalidade presencial;

- Instrução Normativa nº 2/2017 - Regulamenta o art. 15, § 2º da Portaria Normativa nº 26, de 5 de dezembro de 2012, que trata do Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento das Instituições de Educação Superior - Proies;

- Instrução Normativa nº 2/2018 - Regulamenta os artigos 5º, 6º, 8º, 11, 13, 16, 20, 22, 24, 27, 28, 32, 33, 34 e 40 da Portaria Normativa nº 19, de 13 de dezembro de 2017, que dispõe sobre os procedimentos de competência do Inep referentes à avaliação de IES, de cursos de graduação e de desempenho acadêmico de estudantes;

- Instrução Normativa nº 1/2018 - Regulamenta o art. 29 da Portaria Normativa nº 20, de 21 de dezembro de 2017, alterada pela Portaria Normativa nº 741, de 02 de agosto de 2018.

Ministério da Justiça e Segurança Pública

SECRETARIA EXECUTIVA

PORTARIA Nº 1.297, DE 30 DE SETEMBRO DE 2020

Estabelece o cronograma para a publicação das normas revisadas e consolidadas e publica a listagem dos atos normativos vigentes no âmbito do Ministério da Justiça e Segurança Pública.

O SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, no uso da competência delegada pelo inciso XLVII do art. 1º da Portaria nº 544, de 28 de setembro de 2020, que altera a Portaria nº 32, de 17 de janeiro de 2020, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, e tendo em vista o disposto nos arts. 12 e art. 14 do Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019, resolve:

Art. 1º Fica estabelecido, no Ministério da Justiça e Segurança Pública, o cronograma para a publicação das normas revisadas e consolidadas, na forma do Anexo I.

Art. 2º O Anexo II traz listagem completa dos atos normativos inferiores a decreto vigentes no âmbito do Ministério da Justiça e Segurança Pública.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

TERCIO ISSAMI TOKANO

ANEXO I

Cronograma das etapas de revisão, consolidação e revogação dos atos normativos inferiores à Decreto no Ministério da Justiça e Segurança Pública		
Fase	Atividade	Prazo
2 - Exame	<u>Instituição de GT Temática 1 - AN e DTIC</u>	05/10/2020
2.1 - Exame	Realização da revisão Temática 1	12/10/2020
2.2 - Consolidação	Portaria consolidação Temática 1 Minutagem, análise e publicação	23/11/2020
3 - Exame	Solicitação de indicação de membros do GT Temática 2 - SAA, CE, OG, CG e CONIUR	30/11/2020
3.1 - Exame	<u>Instituição de GT Temática 2 - SAA, CE, OG, CG e CONIUR</u>	07/12/2020
3.2 - Exame	Realização da revisão Temática 2 e minuta da portaria	14/12/2020
3.3 - Consolidação	Portaria consolidação Temática 2 - análise e publicação	19/02/2021
4 - Exame	Solicitação de indicação de membros do GT Temática 3 - SPO, SENACON, SENAIJUS, SENAD	26/02/2021
4.1 - Exame	<u>Instituição de GT Temática 3 - SPO, SENACON, SENAIJUS, SENAD</u>	05/03/2021
4.2 - Exame	Realização da revisão Temática 3 e minuta da portaria	12/03/2021
4.3 - Consolidação	Portaria consolidação Temática 3 - análise e publicação	24/05/2021
5 - Exame	<u>Solicitação de indicação de membros do GT Temática 4 - SENASP, SEOPI, SEGEN</u>	31/05/2021
5.1 - Exame	Instituição de GT Temática 4 - SENASP, SEOPI, SEGEN	07/06/2021
5.2 - Exame	Realização da revisão Temática 4 e minuta da portaria	14/06/2021
5.3 - Consolidação	Portaria consolidação Temática 4 - análise e publicação	24/08/2021
6 - Exame	Solicitação de indicação de membros do GT Temática 5 - DEPEN, PF, PRF	31/08/2021
6.1 - Exame	<u>Instituição de GT Temática 5 - DEPEN, PF, PRF</u>	07/09/2021
6.2 - Exame	Realização da revisão Temática 5 e minuta da portaria	14/09/2021
6.3 - Consolidação	Portaria consolidação Temática 5 - análise e publicação	23/11/2021

ANEXO II

I. Portaria DEPEN nº 34, de 18/1/2016;
II. Portaria DEPEN nº 6, de 25/1/2019;
III. Resolução DEPEN nº 9, de 18/11/2011;
IV. Resolução DEPEN nº 2, de 12/4/2018;
V. Resolução DEPEN nº 6, de 13/12/2018;
VI. Portaria DEPEN nº 25, de 15/6/2018;
VII. Portaria DEPEN nº 327, de 11/9/2018;
VIII. Portaria DEPEN nº 590, de 29/12/2016;
IX. Portaria DEPEN nº 281, de 25/9/2018;
X. Portaria DEPEN nº 34, de 15/1/2016;
XI. Portaria DEPEN nº 578, de 16/12/2016;
XII. Portaria DEPEN nº 357, de 2/7/2019;
XIII. Portaria DEPEN nº 193, de 3/7/2018;
XIV. Instrução Normativa DEPEN nº 2, de 12/9/2018;
XV. Instrução Normativa DEPEN nº 207, de 21/10/2019;
XVI. Portaria DEPEN nº 225, de 2018;
XVII. Portaria DEPEN nº 226, de 2018;
XVIII. Portaria DEPEN nº 128, de 2017;
XIX. Portaria DEPEN nº 1.171, de 2017;
XX. Portaria DEPEN nº 1.414, de 2016;
XXI. Portaria DEPEN nº 222, de 2018;
XXII. Portaria DEPEN nº 879, de 2019;
XXIII. Portaria DEPEN nº 1, de 01/01/2014;
XXIV. Portaria Interministerial DEPEN nº 210, de 01/16/2014;
XXV. Portaria DEPEN nº 95, de 06/16/2008;
XXVI. Portaria DEPEN nº 98, de 06/19/2008;
XXVII. Portaria DEPEN nº 11, de 12/06/2015;
XXVIII. Portaria DEPEN nº 10, de 05/23/2018;
XXIX. Portaria DEPEN nº 13, de 07/23/2018;
XXX. Protocolo DEPEN, de 02/19/2018;
XXXI. Portaria DEPEN nº 167, de 04/24/2012;
XXXII. Portaria DEPEN nº 213, de 06/04/2018;
XXXIII. Portaria DEPEN nº 187, de 06/06/2018;
XXXIV. Portaria DEPEN nº 129, de 03/18/2019;
XXXV. Portaria DEPEN nº 3123, de 4/12/2011;
XXXVI. Portaria DEPEN nº 377, de 26/12/2013;
XXXVII. Portaria DEPEN nº 63, de 31/1/2020;
XXXVIII. Instrução Normativa DEPEN nº 5, de 25/6/2018;
XXXIX. Portaria DEPEN nº 118;
XL. Portaria DEPEN nº 825;
XLI. Portaria DEPEN nº 3, de 18/01/2019;
XLII. Portaria DEPEN nº 6, de 23/01/2019;
XLIII. Portaria DEPEN nº 8, de 24/01/2019;
XLIV. Portaria DEPEN nº 9, de 25/01/2019;
XLV. Portaria DEPEN nº 10, de 25/01/2019;
XLVI. Portaria DEPEN nº 114, de 28/02/2019;
XLVII. Portaria DEPEN nº 133, de 21/03/2019;
XLVIII. Portaria DEPEN nº 134, de 17/03/2019;
XLIX. Portaria DEPEN nº 149, de 28/03/2019;
L. Portaria DEPEN nº 203, de 19/05/2019;
LI. Portaria DEPEN nº 228, de 27/05/2019;
LII. Portaria DEPEN nº 244, de 12/06/2019;
LIII. Portaria DEPEN nº 245, de 06/06/2019;

